

Substrato cultural das etnias pré-romanas do Norte de Portugal

M. Martins*
S. O. Jorge**

ABSTRACT

This paper considers the contribution of various sources (written, inscriptions, linguistic and archaeological) in order to define the cultural and ethnic boundaries of Protohistory (Late Bronze Age/Iron Age) in the North of Portugal.

After examining the available sources for the region, they are analysed separately, presenting a picture of settlement suggested by the written sources and also discussing the contribution of linguistics in order to define the ethnic picture of this part of the Peninsula.

The results provided by the most recent archaeological research (undertaken in the 1980s) permit a proposition concerning the cultural evolution of the Late Bronze Age and the Iron Age to be put forward. It evaluates various aspects of the material culture, settlements, metallurgy and pottery, presented within chronological frameworks.

Finally, the problems arising by using different sources are discussed, in view of the difficulty of correlating the archaeological evidence with the social, ethnic and linguistic units.

RESUMO

Este trabalho pretende equacionar o contributo e validade de diferentes tipos de fontes (escritas, epigráficas, linguísticas e arqueológicas) na definição de possíveis fronteiras culturais e étnicas na Proto-História (Bronze Final/Idade do Ferro) do Norte de Portugal.

Após uma análise das fontes disponíveis, conhecidas para a região, estas são analisadas separadamente.

É apresentado o quadro do povoamento sugerido pelas fontes escritas, sendo igualmente discutidos os contributos da linguística na formulação do quadro étnico desta área da Península.

Tendo por base os resultados fornecidos pela investigação arqueológica mais recente (estudos realizados na década de 80) é apresentada uma proposta para a evolução cultural da Idade do Bronze Final e da Idade do Ferro. Nesta proposta são valorizados vários aspectos da cultura material, o habitat, a metalurgia e a cerâmica, que dispõe presentemente de quadros cronológicos de referência mais seguros.

Finalmente, as autoras discutem os problemas que se colocam à articulação da informação sugerida por fontes diferenciadas, colocando a tónica na dificuldade de correlacionar a realidade arqueológica com a formulação de unidades sociais, étnicas e linguísticas.

1. INTRODUÇÃO

O estudo dos povos pré-romanos peninsulares ocupou um lugar de destaque na historiografia da primeira metade do nosso século. Utilizaram-se para o efeito os relatos de historiadores e geógrafos da antiguidade, o registo arqueológico e os dados de natureza linguística. Esta perspectiva de estudos insere-se aliás coerentemente nas tendências interpretativas dominantes na Europa de então a nível da Arqueologia, cuja génese pode ser encontrada na escola Austro-Húngara dos finais do séc. XIX. Perseguiu-se então, de forma generalizada uma comparação sistemática de vestígios entre regiões, cuja repartição espacial definia «Culturas». Será contudo G. Childe que sistematizará e generalizará à Europa pré-histórica este tipo de abordagem. Definindo «Cultura» como um conjunto recorrente de artefactos numa dada região, Childe estabelecerá uma correlação entre «Culturas arqueológicas» e «povos», embora nunca tenha definido com clareza o real significado dessa articulação. Abre assim caminho a uma série de sínteses, algumas de grande envergadura, que relacionam os dados arqueológicos de diferentes regiões europeias com a existência de determinados grupos étnicos e mesmo linguísticos.

A investigação arqueológica dos últimos 20 anos e, em particular, a contribuição teórica no domínio da interpretação das sociedades pré-históricas lançaram um certo descrédito sobre a ideia de que as «Culturas», no sentido arqueológico do termo, traduzissem ou identificassem grupos étnicos, ou linguísticos. Simultaneamente, a panorâmica da arqueologia europeia modificou-se substancialmente em termos metodológicos e interpretativos. O melhor conhecimento da cultura material permitiu sistematizar a evolução cultural de diferentes regiões europeias e reconhecer continuidades, onde anteriormente se tinham sugerido alterações étnicas. O questionamento dos chamados «modelos de dominância», que valorizavam sistematicamente as migrações e invasões de povos, como responsáveis pela alteração do registo arqueológico era inevitável. Reconhece-se hoje que a evolução das comunidades pré-históricas se fez, não brusca, mas lentamente, sendo as mudanças culturais o resultado de complexos processos de interacção, quer restricta, quer alargada. Evidentemente que este tipo de abordagem não exclui a ocorrência de fenómenos de migração. Estes deixaram contudo de ser percebidos como explicação monocausal na evolução das comunidades humanas.

Mas, se o desenvolvimento da Arqueologia facultou dados que permitiram questionar a equação inicial de «Culturas»/«Povos», é um facto que encontramos ainda muitas reminiscências dessa premissa no âmbito dos estudos sobre a Proto-História. Rejeita-se hoje a ideia de um «povo megalítico», de um «povo campaniforme», ou de um «povo da cerâmica cordada», cujas deslocacões teriam alterado a cultura material da Europa pré-histórica e, quiçá, a própria base étnica das regiões por onde passavam. No que

* Universidade do Minho.

** Universidade do Porto.

respeita ao I milénio a. C. é forte a tentação de identificar arqueologicamente os povos da Europa bárbara, uma vez que os autores gregos e posteriormente romanos os referem com certa frequência, enunciando muitos dos seus costumes. Muito embora muitos deles não tenham atingido a complexidade das sociedades estatais é suposto que a sua marcada individualidade cultural traduza a sua diferenciação étnica, conseqüentemente reconhecível no registo arqueológico. O facto do I milénio a. C. ser considerado habitualmente como o momento de expansão para Ocidente das línguas indo-europeias, que deixaram em vastas regiões traços na onomástica e toponímia, justifica que se tenham valorizado sistematicamente os modelos de tipo invasão/migração, na interpretação deste período.

Em certas regiões da Europa ocidental, como é o caso da Península Ibérica, tais modelos são mesmo aceites como dados assentes, em parte porque a natureza dos dados arqueológicos não justificou ainda interpretações alternativas. De facto, para muitas regiões, nem a evidência arqueológica é ela por si suficiente para afirmar ou infirmar tais modelos, nem existe um tratamento sistemático e actualizado dos contributos mais recentes da Arqueologia e da Linguística, que permita lançar nova luz sobre a génese dos povos pré-romanos.

A Arqueologia, a Linguística, a Epigrafia, as fontes literárias, fornecem hoje um acervo documental bastante mais significativo para a abordagem desta problemática. No entanto, parece-nos necessário questionar aqui, em jeito de introdução, qual o tipo de informações que cada um destes campos disciplinares pode fornecer, no sentido de os relacionar correctamente. De facto, não existe uma metodologia expressa que permita articular os dados provenientes de investigações tão díspares, pelo que será desejável que eles sejam encarados de uma forma crítica a fim de se evitarem abordagens demasiado lineares e outras excessivamente negativas.

A Arqueologia fornece basicamente o quadro da cultura material das populações, transmitindo-nos, por conseguinte, uma imagem truncada e incompleta da realidade cultural. Ela pode ajudar a definir «áreas culturalmente homogéneas», estabelecer ritmos de desenvolvimento das sociedades, ou as influências que sofrem ao longo dos tempos. No entanto, este tipo de dados não consigna linearmente a existência de fronteiras culturais e muito menos étnicas, ou linguísticas. De facto, as fronteiras culturais estabelecidas com base na evidência arqueológica são fluidas. Por outro lado, as diferenças da cultura material são muitas vezes mais o resultado de diferentes estratégias económicas e sociais, do que um simples reflexo da existência de comunidades etnicamente diferenciadas. Também a organização socio-política só pode ser estabelecida de uma forma secundária a partir da Arqueologia. Neste sentido nem sempre é fácil comparar, com base no registo arqueológico, sistemas sociais diferentes, e inferir deles determinadas realidades étnicas. A Arqueologia tem, em contrapartida, a enorme vantagem de fornecer cronologias para a evolução das sociedades, informação que pode servir os estudos de carácter linguístico, ou étnico.

Os extraordinários progressos da Paleontologia linguística e da socio-linguística, dos últimos anos, forneceram dados de capital importância para o estudo das línguas da Europa e mesmo para a interpretação da sua génese, em particular no que respeita ao problema do Indo-europeu (Gimbutas 1980, 273-315; Rensfrew 1987). Sendo extremamente fácil discorrer dos dados linguísticos influências e movimentações de povos, a verdade é que eles não nos fornecem, por si próprios, quaisquer meios de datação, nem mesmo elementos para interpretar a importância cultural ou social de uma alteração linguística. Tradicionalmente a linguística histórica apoiou-se na Arqueologia para interpretar a presença de certos elementos linguísticos em certas zonas, e mesmo para os datar e inserir culturalmente. A Arqueologia, por sua vez, podendo perceber alterações demográficas e sociais, encontrou frequentemente na linguística uma justificação para os seus próprios modelos interpretativos. No entanto, os contributos da linguística são indiscutíveis para o estudo das sociedades antigas. Eles permitem aceder, através da onomástica, não só à organização social e económica das comunidades, como também à esfera ideológica, dificilmente percebida com base na evidência arqueológica. Embora os dados da Linguística e da Arqueologia se possam completar, a verdade é que eles são muitas vezes mais paralelos do que intercomunicantes, sendo possível sobrepor-los mas nem sempre relacioná-los.

A documentação epigráfica, em particular aquela que diz respeito à área do nosso estudo, é latina e refere-se a uma realidade tardia na evolução das populações do NO e a um momento em que as suas estruturas sociais e mentais se encontravam em mutação. A validade desta fonte, embora indiscutível para o estudo dos momentos mais próximos e de plena Romanização, deve ser devidamente avaliada, quando se pretende projectar para o anonimato dos séculos anteriores a realidade dela inferida. Apesar de tudo, é bem mais profunda a articulação dos dados epigráficos com os linguísticos. A Epigrafia consignou uma onomástica, que ainda que alterada pela influência do latim, nos remete para substratos linguísticos mais antigos. Nesse sentido, ela constitui uma importante fonte para compreender a génese das populações da região do NO, ainda que a correlação dos seus dados com os arqueológicos nem sempre se possa fazer de uma forma directa.

As fontes literárias constituem um outro meio de aceder à realidade cultural dos povos pré-romanos, fornecendo um tipo de informações que não pode ser testemunhado senão de forma indirecta pela Arqueologia. No entanto, no que respeita ao NO peninsular essas fontes são escassas e imprecisas. Por outro lado, elas traduzem a mentalidade de geógrafos e historiadores de civilizações letradas, tão surpresos pelo barbarismo das populações do Ocidente peninsular, que valorizaram essencialmente os seus costumes mais anómalos, parecendo esquecer muitas vezes os mais simples. Não deixa também de ser surpreendente que os autores clássicos tenham tomado tantas vezes a parte pelo todo, referindo-se, por exemplo, aos Cântabros em pormenor e generalizando aos restantes

povos limítrofes os seus costumes e sistema de organização. Neste campo será de destacar que um dos maiores contributos da Arqueologia dos últimos anos foi o de demonstrar precisamente a diversidade dos traços culturais das diferentes regiões do Norte e NO peninsular, traduzida mesmo na existência de diferentes ritmos de desenvolvimento e em claro contraste com os hábitos aparentemente comuns inferidos das fontes literárias. Estas dão-nos todavia uma informação preciosa que é a designação dos povos que habitavam a região, em parte completada pelos testemunhos epigráficos. No entanto, os autores clássicos não estariam particularmente interessados nas percepções dos nativos quanto às variações da sua etnicidade ou língua, pelo que não deram especial atenção àquilo que de facto os distinguia. Sabemos assim como se apelidavam os povos num determinado momento. Não sabemos, contudo, por via destas fontes, quando o começaram a fazer, nem as fronteiras exactas dos seus territórios. Escapa-nos ainda uma informação preciosa e fundamental que é o real significado cultural desses etnónimos. O facto do NO comportar, nos finais do I milénio a. C., uma verdadeira panóplia de povos, pouco nos diz sobre a sua origem, ou sobre a razão de ser de tal divisão étnica. Ela não deixa de ser surpreendente, uma vez que, aparentemente, pelo menos nalgumas regiões, eles partilhavam, de facto; o mesmo fundo linguístico, talvez a mesma origem e, por vezes, a mesma cultura material.

As dificuldades em conciliar o vasto acervo informativo disponível para analisar o povoamento da região do Norte de Portugal, que implica a manipulação de dados com valor cronológico diferenciado e nem sempre directamente correlacionáveis, obrigam-nos, por prudência, a desenvolver a nossa exposição em três partes distintas: numa primeira parte trataremos de expôr sinteticamente os dados obtidos a partir das fontes escritas e da linguística; uma segunda parte será reservada à abordagem dos dados de natureza arqueológica disponíveis para o I milénio a. C.; numa terceira e última parte enunciaremos alguns tópicos para discussão, tendo por base o conjunto dos conhecimentos e os problemas que se colocam, a nível teórico, a sua articulação.

2. O POVOAMENTO DO NORTE DE PORTUGAL À LUZ DAS FONTES ESCRITAS E DA LINGUÍSTICA

As fontes literárias fornecem-nos uma imagem truncada e imprecisa da geografia e do povoamento do NO ibérico. A sua validade para a reconstituição da vida dos povos que habitavam esta região é desigual e deve ser questionada criticamente, uma vez que tais fontes se encontram eivadas de subjectivismo, nacionalismo e, não raro, de espírito de propaganda política (Bermejo Barrera 1981, 277-290; 1983, 129-146).

Ptolomeu (II, 6), geógrafo grego que escreve na 1.^a metade do séc. II, procede a uma descrição mais ou menos detalhada dos acidentes geográficos da Península, enunciando, quer os nomes de cabos, montanhas,

rios e cidades, quer os povos que a habitavam. No entanto, esta obra levanta numerosos problemas de localização (Tranoy 1981, 14).

A Geografia de Estrabão, obra datada do ano 17, é uma fonte importante para o período que antecede a conquista romana, muito embora se fundamente em textos de diferentes autores, como Artemidoro e Possidónio, o último dos quais compila já, por sua vez, diferentes trabalhos, nomeadamente os escritos de Políbio. As informações transmitidas pelo geógrafo são assim de terceira mão. É natural que muitas imprecisões de Estrabão, relativas à vida e costumes dos povos do NO peninsular, compilados no seu Livro III, resultem do facto daquele autor não ter conhecido a Hispânia e das suas fontes se reportarem a momentos distintos da realidade cultural daquela região.

Plínio possuía um conhecimento directo da Península, tendo sido procurador da Hispânia Citerior em 73. A sua obra *Naturalis Historia* fornece uma documentação relevante sobre a organização interna das populações do NO, do seu quadro administrativo e da sua vida económica. A realidade cultural que descreve é contudo a de uma região que se encontra envolvida num amplo processo de transformação, ainda que nessa época possam subsistir muitas das estruturas tradicionais indígenas.

Plínio é o autor mais preciso e exaustivo na descrição dos nomes dos povos do NO ibérico, muito embora comente o aspecto obscuro e bárbaro de muitos deles (Plínio, III, 28). Essa é de resto também a opinião de Estrabão, que afirma mesmo não valer a pena designar todos os povos do Norte da Península, por demasiado pequenos e obscuros (Estrabão, III, 3,3).

Plínio descreve os nomes dos povos da Galécia e Lusitânia até ao Vouga, de Norte para Sul, referindo igualmente os nomes dos *oppida*. Esta paragem no Vouga é considerada por J. de Alarcão (1988) como significativa pois parece dever-se ao reconhecimento de uma fronteira cultural, mais ou menos nítida, que distinguia duas regiões diversas do ponto de vista étnico, social e cultural: o Norte mais rural, onde dominavam as populações de origem ou influência indo-européia e o Sul mais desenvolvido, com povos de diferente filiação, entre os quais se destacam os Túrdulos e os Celtas, região mais beneficiada por um contacto alargado com as civilizações mediterrânicas (Fenícios, Gregos, Cartagineses) e também precoce-mente romanizada (Alarcão 1988, 98).

Mau grado a aparente homogeneidade de características enunciadas genericamente para a região a Norte do Vouga, ela aparece-nos, segundo as descrições de Plínio, ocupada por povos, ou grupos de povos de diferentes origens, para os quais a Arqueologia documenta traços de indiscutível variabilidade cultural.

A região em estudo estava no tempo de Plínio repartida administrativamente por duas províncias (Tarraconense a Norte do Douro e Lusitânia a Sul) e três *Conventus*. O *Conventus Bracaraugustanus* ocupava praticamente todo o território português a Norte do Douro, com excepção de uma faixa oriental da província de Trás-os-Montes, integrada no *Conventus Asturum*. O território a Sul do Douro,

integrado na Lusitânia, pertencia ao *Conventus Escalabitanus* (Alarcão 1988, 21).

O conjunto das fontes acima enunciadas refere para esta região diferentes povos.

Na margem esquerda do Douro viveriam os Túrdu-los Velhos, citados por Plínio e P. Mela, cujo nome aparece documentado nas tesseras descobertas no povoado do Monte Murado (Silva 1983, 9-26; Alarcão 1988, 24).

Os Lusitanos ocupavam um vasto território entre Douro e Tejo, com excepção da área dos Túrdu-los, confinando a Este com os Vetões. O termo Lusitanos não designa, contudo, um povo, mas seria antes um nome colectivo para designar um grupo de povos, alguns dos quais aparecem referidos na inscrição da ponte de Alcântara (Alarcão 1988, 4-5). Os Lusitanos são considerados como de origem indo-europeia pré-céltica, a avaliar pela documentação epigráfica da sua área de ocupação, já datada do período romano (Tovar 1985, 12-13; Alarcão 1988, 4-5).

A Norte do Douro viviam os *Callaeci*, considerados, eles também, como de origem indo-europeia (Tranoy 1981, 53; Tovar 1985, 265). O termo *Callaeci* não refere provavelmente um conjunto étnico homogéneo, mas um mosaico de povos, cujas origens poderão ser diferenciadas. A expressão é, de resto, confusa, pois designa simultaneamente um dos *populi* do *Conventus Bracaraugustanus* (Plínio, III, 28), cujo território se localizaria na margem direita do Douro, com base em testemunhos epigráficos (Tranoy 1981, 65-66; Silva 1986, 280-281), sendo referido por Estrabão (III, 3, 2) com um sentido mais lato, de um conjunto de povos que se estendia do Douro até ao litoral Norte da Galiza. É esse provavelmente também o sentido expresso em Apiano, o primeiro autor que menciona os *Callaeci*, a propósito da incursão de Q. *Servilius Caepio*, em 139 a. C., aos Vetões e *Callaeci*. No entanto, não deixa de ser estranho que as fontes descrevam que *D. Junius Brutus* combateu os *Bracari* e não os *Callaeci*, quando ele próprio recebeu, pela sua vitória, o nome de *Callaicus*. Os romanos parecem assim ter adoptado a designação de *Callaeci* para referir as populações que habitavam o Norte da Península, do Douro ao litoral norte.

Plínio dá-nos a lista desses povos, fornecendo mesmo um cômputo global dos indivíduos livres que habitavam o NO ibérico. Apesar de se conhecerem os nomes dos povos do *Conventus bracaraugustanus*, dez dos quais são citados no padrão de Chaves, persistem muitas dúvidas quanto à localização geográfica de alguns deles. Entre as tentativas mais actualizadas e meritórias para estabelecer os territórios destes povos, e reconstituir por esta via o povoamento pré-romano, contam-se as de A. Tranoy (1981, 60-74) e A. C. Silva (1986, 279-285), nas quais nos baseamos para a exposição que se segue.

Não parecem existir muitas dúvidas sobre a localização dos *Leuni* e dos *Seurbi*, na região entre Minho e Lima. Os primeiros ocupariam o território mais interior, centrado em Castro Laboreiro e na Serra da Peneda. Os segundos, viveriam na região mais litoral. A fachada atlântica entre Lima e Douro, tendo por limite este a Serra do Marão, seria ocupada pelos *Bracari*, um dos povos mais importantes do *Conventus*

Bracaraugustanus. Na área dos *Bracari*, junto ao Douro viveriam os *Callaeci*, já referidos. A região de Chaves seria a dos *Turodi*, designados por Plínio por *Aquaflavienses* (Tranoy 1981, 62, 63). Perto, estariam os *Aebisoci*, ou *Naebisoci*, cuja localização rigorosa levanta problemas. No vale superior do Lima encontrar-se-iam os *Limici*. O território dos *Equesi*, embora impreciso, centrar-se-ia talvez entre as Serras do Gerês e do Larouco, a Sul dos *Querquerni*, que estariam fixados na região de Bande, em Ourense. Os *Interamici* viveriam a Este de Chaves, entre Tâmega e Tuela (Tranoy 1981, 70; Silva 1986, 284). Até ao momento reconheceu-se como impossível localizar os *Amphilochi*, os *Avobrigenses*, os *Luanci*, os *Narposi* e os *Lubaeni*, desconhecendo-se mesmo se os seus territórios se situariam na parte portuguesa do *Conventus* ou na galega.

Na parte mais oriental do território português, a Norte do Douro, são habitualmente localizados os *Zoelae, populi* do *Conventus* de Astorga. Embora Plínio refira para este *Conventus* 22 povos dá apenas o nome de 4 (Plínio, III, 28; IV, 3), entre eles os *Zoelae*, que localiza perto dos *Gigurri, Paesici* e *Lancienses*. O território deste povo, cujo nome está documentado pela epigrafia e no Pacto de Astorga, seria bastante grande, coincidindo provavelmente com a repartição geográfica das estelas tipo Picote, da região de Miranda e Bragança (Tranoy 1981, 52; SILVA 1986, 285; Alarcão 1988, 32). Aos *Zoelae* como povo dos Astures, pode atribuir-se uma origem indo-europeia (Tovar 1983, 260).

A Sul dos *Zoelae* viveriam os *Banienses*, que ocupariam a região de Moncorvo. Sendo um povo citado na ponte de Alcântara, e provavelmente Lusitano, não fica muito clara a sua localização na área a Norte do Douro (Alarcão 1988, 32-33).

A interpretação das fontes escritas permite desenhar, ainda que de uma forma algo imprecisa, o quadro do povoamento do Norte de Portugal, cuja validade está basicamente limitada aos dois últimos séculos antes da nossa era, bem como à centúria seguinte. Mau grado as limitações deste tipo de fontes e as suas imprecisões, não deixa de ser um facto que elas traduzem uma realidade socio-cultural, que se expressa na existência de numerosos grupos étnicos, cuja individualidade seria suficiente para justificar que se diferenciasssem pelos nomes que os distinguiam de algum modo uns dos outros. Todavia, desconhecemos qual o real significado dessa distinção, uma vez que alguns desses povos partilhavam aparentemente uma cultura material comum, nos finais do I milénio a. C., como acontece concretamente com a região do NO português (Silva 1986; Martins 1987). Ainda que a sua origem pudesse ser diferente e que essa constituísse a principal razão justificativa para a existência de tantos povos, não é claro porque motivo aparentam também partilhar um mesmo modelo de organização social, uma religião estruturalmente semelhante, costumes comuns e um mesmo fundo linguístico, a avaliar pela interpretação conjunta das fontes (Silva 1986).

As fontes escritas nada nos dizem directamente sobre a origem das populações que habitavam o NO peninsular. O estudo desta importante questão pode

apenas ser realizado com base na onomástica, utilizando a linguística comparada, bem como a partir dos aspectos da organização social e religiosa, expressos nos relatos de historiadores e geógrafos da antiguidade, ou inferidos dos dados da epigrafia latina (Caro Baroja 1973; Bermejo Barrera 1978; 1982; 1983,129-146; Tranoy 1981; Silva 1986).

É um facto que o verdadeiro mosaico de povos da região, com excepção dos Túrduos Velhos, da margem esquerda do Douro, são todos reconhecidos como sendo de origem indo-europeia, ou fortemente indo-europeizados. No entanto, o modo como se processou a influência indo-europeia, extremamente significativa na parte norte-ocidental da Península Ibérica, é ainda hoje obscuro. Ele constitui todavia uma questão nevrálgica para se compreender a génese dos povos pré-romanos peninsulares.

Foi P. Bosch Gimpera que consignou o quadro Paleontológico peninsular (1932; 1939; 1945; 1950-55; 1975), definindo, com base nos conhecimentos então disponíveis, uma interpretação global quanto à formação dos povos e dando particular ênfase ao contributo céltico, na etnogénese dos povos do Norte. A esse facto não é estranho o momento histórico em que aquele investigador elaborou as suas sínteses, bastante dominado pelo pan-celtismo. Assim a indo-europeização das populações do Norte da Península foi colada com a expansão de populações célticas, para o Ocidente europeu, processada em diferentes vagas, reconstituídas com base na toponímia e na onomástica. Na base desta posição estava o reconhecimento de um fundo indo-europeu significativo e evidente na organização social das populações, que só poderia ter sido trazido por sucessivas vagas, quantitativamente relevantes, com origem na Europa Central. A fixação do quadro das invasões indo-europeias da Hispânia, olhadas de uma perspectiva mais linguística, interessou particularmente A. Tovar (1949) que procurou estabelecer, também, a sua sequência e cronologia, utilizando para o efeito a distribuição das gentilidades, das centúrias e o estudo das línguas lusitana e celtibérica.

A Ora Marítima de Avieno, escrita no séc. IV, mas baseada em périplos mais antigos, cartagineses e gregos, representa o primeiro texto literário a referir as populações do Ocidente ibérico, reportando-se muito provavelmente a uma realidade do séc. VI a. C.. Essa obra fala da presença de Cynetos que se localizariam perto do Cabo de S. Vicente, no extremo SO da Europa, a Norte dos quais estariam os Cempsis e os Sefes. Estes últimos povos foram interpretados por A. Schulten (I,104), como sendo de origem celta, uma vez que Avieno os separa dos Ligures e Iberos. Os Dragani, também citados por Avieno, foram localizados na Galiza. Com os Cynetos a Este limitariam os Celtas que se estendiam por todo o interior da Europa até às nascentes do Danúbio. Este texto parece subentender, como é sugerido por A. Tovar (1985,3-4), um conhecimento por parte dos Gregos da existência de uma realidade étnica e linguística bipartida na Hispânia: uma indo-europeia com populações imigradas do interior da Europa e outra ao longo das costas do Mediterrâneo e no Vale do Guadalquivir e baixo Ebro, de populações de raiz

pré-histórica, profundamente influenciados por contactos comerciais e coloniais mediterrânicos.

A partir deste texto Bosch-Gimpera desenhou um quadro de invasões peninsulares, admitindo inicialmente duas vagas de populações célticas (1939): uma primeira, no séc. IX a. C., estaria correlacionada com os Campos de Urnas da Catalunha; a segunda, datada do séc. VI a. C., seria mais complexa, e nela teriam entrado os Cempsis e os Sefes, que teriam trazido por sua vez os Callaeci e boa parte dos povos do NO (Suerri, Copori, Tiburi, Bibali, Gigurri, Albiones, entre outros) e talvez mesmo populações germânicas. A complexidade desta última invasão levou B. Gimpera, posteriormente, a desdobrar a última vaga e a apontar para quatro vagas sucessivas: por volta de 900 a. C. teriam entrado as populações dos Campos de Urnas; em torno de 650 a. C., chegariam os Cempsis mais os Eburones e mais povos de origem germânica, aos quais se teriam seguido, em 600 a.C., os Sefes e Callaeci, entre outros; em 500 a. C., teriam chegado finalmente os celtas belgas (Bosch-Gimpera 1950-55; 1975).

M. Santa Olalla advoga três vagas de invasões. Uma primeira, por volta de 1000 a. C., que corresponderá à chegada de populações proto indo-europeias; uma outra no séc. IX a. C., composta por indoeuropeus pré-celtas, estaria relacionada com os Campos de Urnas da Catalunha; finalmente, uma terceira, por volta de 600 a. C., teria trazido os Celtas verdadeiros (1946).

Martin Almagro defende uma única vaga entre 800 a. C. e o séc. VI a. C. (1952,1-278), posição que também é partilhada por Maluquer de Motes (1954,5-299). Este último investigador entende ainda que a instalação das populações Celtas no NO se fez com base numa progressiva implantação de grupos celtas na Meseta e não de uma forma directa.

A generalidade dos investigadores aceita presentemente que a indo-europeização do Ocidente europeu se teria iniciado nos finais da Idade do Bronze, através de vários caminhos dos Pirinéus, por onde teriam entrado grupos humanos de diferentes dimensões. O processo deverá ter sido lento, decorrendo ao longo de vários séculos e afectou desigualmente as diferentes áreas peninsulares, deixando mesmo subsistir, pontualmente, povos e línguas pré indo-europeias. Com efeito, aquilo que se designa por Hispânia indo-europeia não revela de modo algum uniformidade linguística.

É suposto que as primeiras populações indo-europeias, chegadas à Península, possuíam línguas pré-celtas que A. Tovar designa de indo-europeu ocidental, ou antigo europeu e cujas reminiscências se podem encontrar no lusitano (Tovar 1949; 1977). Esta seria uma fase de migrações, que alguns autores referiram como lígure e ilíria e que alimentou abundantes polémicas (Santa Olalla 1946; Tovar 1949; Bosch-Gimpera 1945; Menéndez Pidal 1952, 71-104).

A interpretação da língua lusitana chegada até nós por documentos epigráficos tardios, sugere que as primeiras imigrações indo-europeias terão envolvido grupos humanos reduzidos que não chegaram a organizar-se em grandes famílias linguísticas (Tovar

1985,13). A celtização da Europa Ocidental, mais tardia, teria consolidado a influência indo-europeia em largas partes da Hispânia e teria ela própria sido processada em etapas distintas: uma goidélica e ocidental, à qual pertencerá a língua celtibérica, estudada por Untermann (1963, 195-262; 1965) e outra gálica e oriental.

Considerando o contributo dos estudos linguísticos mais recentes sobre o lusitano e celibérico, é possível admitir uma vaga de migrações indo-europeias mais antiga, à qual se atribuem os Ástures, Cântabros, Vetões, Carpetanos, Pelendones, Olcades, Lusitanos e várias tribos da Galécia. Numa outra vaga de invasões, mais especificamente celta, será possível inserir os Celtiberos, os Berones, Arevacos, Vacceus, Célticos do Sul de Portugal e da Bética e ainda algumas tribos da Galécia. O critério seguido pelos linguístas para distinguir estas duas vagas é a presença do *p*, fonema que se perde no Celta. Todavia, a indo-europeização da Península parece ter constituído um processo extremamente complexo de movimentos de povos, não sendo possível reduzi-la a uma mera sobreposição de vários estratos populacionais. A expansão do indo-europeu nas regiões do ocidente da Europa foi gradual e representará o resultado de uma série de contribuições linguísticas, étnicas e culturais, eventualmente estruturadas num processo semelhante àquele que C. Hawkes (1973, 607-628) definiu de «Cumulative Celticity» para explicar a Celtização da Grã-Bretanha (Tovar 1983, 253).

O avanço nos estudos linguísticos, apesar de terem facultado o conhecimento mais correcto e aprofundado sobre a questão do indo-europeu na Península, não lograram contudo resolver os problemas que se relacionam com a cronologia das migrações, aspecto fundamental para se estabelecer uma correcta articulação entre os contributos da Linguística e da Arqueologia. Por sua vez, subsistem enormes dificuldades em documentar arqueologicamente os fenómenos de migração, uma vez que a cultura material de diferentes regiões peninsulares não regista descontinuidades, mesmo para os momentos em que é tradicionalmente suposta a sua ocorrência.

Se considerarmos o conjunto das contribuições relativas ao povoamento antigo do Norte da Península, verificamos que existe um certo consenso de que, num período compreendido entre finais do II milénio a. C. e os primeiros séculos do I a. C., importantes áreas peninsulares foram afectadas pela intrusão de populações oriundas de além-Pirineus, que irão transformar profundamente o substracto étnico peninsular. Mais ou menos concensual é também a tese de que elas parecem estar arqueologicamente documentadas pelos C.U. com origem centro-europeia. No entanto, o estudo arqueológico desta cultura, realizado nos últimos anos, limitou consideravelmente o âmbito geográfico das populações dos C. Urnas, a nível peninsular, pelo menos num momento inicial (C.U. do Bronze Final), entre finais do II/inícios do I milénio a. C. (Ruiz Zapatero 1985), salientando uma maior expansão dos elementos culturais dos C.U. tardios para diferentes zonas peninsulares, incluindo a franja ocidental, num momento que não será anterior ao séc. VIII a. C. Neste sentido, a interpretação

dos dados arqueológicos correlacionáveis com os primeiros influxos indo-europeus para Ocidente leva a supor que a sua influência não se terá feito sentir, pelo menos na zona do NO peninsular, anteriormente aos sécs. VIII/VII a. C. (Almagro Gorbea 1986).

Se aceitarmos que a influência indo-europeia na região mais ocidental da Península, estará correlacionada com o fenómeno dos CU da Catalunha, cujo impacto a nível peninsular, pelo menos num momento inicial, já foi devidamente questionado, teremos que avançar a cronologia dessa influência sobre a região em estudo, para os primeiros séculos do I milénio, para um período certamente não anterior ao séc. VIII a. C.. Por outro lado, não devemos esquecer que até ao momento não foram encontrados vestígios que documentem directamente uma influência dos CU no território do Norte de Portugal, seja na forma de CU do Bronze Final, seja na dos CU tardios, já da Idade do Ferro. Algum paralelismo a nível da decoração ou da morfologia das cerâmicas do Bronze Final entre as duas áreas culturais, poderá ser explicado por processos de interacção decorrentes de trocas de âmbito alargado, que parecem ter afectado amplas regiões do ocidente peninsular, no período entre 1100/800 a. C... É neste sentido que temos que interpretar o facto de encontrarmos na região do NO de Portugal, em pleno Bronze Final (séc. IX/VIII a. C.), certos tipos de cerâmica e de técnicas decorativas, que registam paralelos com a região da Catalunha, e que se encontram, por exemplo, nos castros da região de Soria apenas nos sécs. VII/VI a. C. (Romero Carnicero 1984), supostamente devido a uma expansão dos CU tardios para Ocidente.

Aparentemente, a aceitarmos as teses tradicionais para a questão indo-europeia, esta componente, trazida para o Norte e Ocidente peninsular, nos primeiros séculos do I milénio, teria sido tão forte e significativa que teria alterado, não só o fundo linguístico da região, como também as instituições e a própria ideologia das suas populações. Tal processo, teria necessariamente que ter afectado a cultura material da região e, nesse caso, deveria poder ser documentado no registo arqueológico. Se o influxo de populações indo-europeias tivesse sido demográfica e culturalmente significativo, deveria ser possível observar a sobreposição de dois espectros culturais diferenciados, talvez identificáveis por diferentes tipos de povoados, por diferentes culturas materiais, talvez mesmo diferentes economias. Uma investigação arqueológica sistemática poderia assim detectar a existência desses dois fundos culturais: um autóctone e outro intruso. Uma outra hipótese, seria a de que os quantitativos demográficos populacionais não foram significativos, fazendo-se a assimilação linguística e cultural por um processo lento e essencialmente por interacção ou contágio, eventualmente a nível das elites. O registo arqueológico seria nesse caso mais fluido, mas mesmo assim deveria ser possível encontrar, na cultura material da região, traços que documentassem esse processo.

Não podemos contudo deixar em branco, nesta fase da nossa exposição, o recente contributo de C. Renfrew (1987) relativo ao problema do Indo-europeu. Compulsando um vasto acervo de informações prove-

nientes da Arqueologia e da Linguística, aquele autor considera serem hoje muito difíceis de aceitar os argumentos da Paleontologia linguística que propunha tradicionalmente profundas mudanças na população e língua da Europa, durante o III milénio a. C., e que corresponderiam à expansão do Indo-europeu para a Europa Central e Ocidental. Estes argumentos relacionavam-se com a ideia de uma pátria comum para a origem deste grupo linguístico, cuja localização foi ensaiada por diversos investigadores e colocada, por uns na Ásia Central e por outros na Europa do Norte. Mais recentemente, M. Gimbutas (1977, 277-338; 1980, 273-315) localiza essa suposta pátria nas estepes do Sul da Rússia, hipótese que já havia sido sugerida por G. Childe (1950). A principal objecção de C. Renfrew, em relação às teses tradicionais sobre os Indo-europeus, é arqueológica, pois ao analisar a evidência disponível para extensas regiões europeias não constata mudanças culturais profundas ou generalizadas, que permitam aceitar a cronologia sugerida para o início dessa expansão. Na sua opinião o único fenómeno com consequências demográficas e sociais profundas, capaz de provocar mudanças linguísticas, seria a própria expansão da agricultura na Europa. Utilizando o «modelo de vaga de avanço» de Cavalli Sforza e Ammerman (1979, 275-294), para explicar a expansão das comunidades agrícolas na Europa, a partir da Grécia e Balcãs, C. Renfrew desenvolve uma argumentação que o leva a situar o ponto inicial dessa expansão a leste da Anatólia, região onde por volta de 6000 a. C. existiriam populações que falariam o antepassado das línguas indo-europeias. Neste sentido, aquele autor irá interpretar as semelhanças que se desenvolvem no âmbito das sociedades indo-europeias, a nível social e ideológico, como o resultado de um processo histórico semelhante e como um fenómeno de convergência. Muito embora o modelo de C. Renfrew não consiga explicar muitos dos aspectos da formação e desenvolvimento das comunidades pre-históricas europeias, como aliás é salientado pelo próprio autor, ele afigura-se como uma hipótese alternativa ao modelo invasionista migracionista, que pretende explicar sistematicamente as mudanças culturais através dos movimentos de populações.

No que respeita à região em estudo e, de um modo geral, à parte norte ocidental da Península Ibérica poderíamos admitir, com base na proposta de C. Renfrew, que o fundo indo-europeu pré-celta, que parece caracterizar a região, já faria parte integrante das populações que aí viveriam, no II milénio a. C. e que dispunham de uma economia agro-pastoril. Tal suposição explicaria, com vantagem, o enraizamento profundo do substrato indo-europeu, a nível linguístico, sobreposto posteriormente, pelo menos nalgumas áreas, por elementos celtizantes.

3. A IDADE DO BRONZE FINAL DO NORTE DE PORTUGAL: PROPOSTA DE EVOLUÇÃO CULTURAL (*)

Como já se escreveu em trabalhos recentes (Jorge 1988b, 85-112; no prelo), reconhece-se, no estado

(*) A área que doravante abordaremos, sendo extensa, é atravessada pelo rio Douro. Por uma questão de comodidade de expo-

actual das pesquisas, duas grandes etapas de desenvolvimento cultural no Norte de Portugal (provincias do Minho, Douro Litoral, Trás-os-Montes e Alto Douro) durante o Bronze Final: uma primeira estende-se entre c. de 1250 e c. de 1000 a. C. e uma segunda entre c. de 1000/900 e c. de 700 a. C.

O primeiro período parece assistir a uma incipiente, mas crescente, produção e circulação de artefactos em bronze: machados maciços de talão com um ou dois anéis, machados de rebordos e provavelmente também com apêndices laterais, algumas pontas de lança de alvado e, no fim desta etapa, talvez raros punhais do «tipo Porto de Mós». Alguns autores incluem nesta fase exemplares de ourivesaria do estilo «Villena-Estremoz». Saliente-se a ausência de espadas. A influência mediterrânica, apesar de ténue, manifesta-se através, pelo menos, dos punhais e dos machados de apêndices laterais.

Recentes estudos em povoados providos de fossas (estruturas subterrâneas de armazenamento), como o da Bouça do Frade (Jorge 1988a), sem especiais condições naturais de defesa, falam-nos de uma significativa transformação nos sistemas de subsistência durante esta fase: a capacidade de armazenar grandes quantidades de sementes e eventualmente outros produtos de consumo básico, através de uma inequívoca especialização agro-pastoril conseguida através da provável aplicação de uma tecnologia relativamente evolucionada com recurso à utilização de animais de tiro. Tal intensificação económica permitiria abastecer, à escala local, toda uma comunidade, disseminada por várias unidades habitacionais, tornando-a auto-suficiente, o que, como se sabe, é condição indispensável para a consolidação de um sistema social hierarquizado. Por outro lado, a análise da provável rede de povoamento em que se insere o povoado da Bouça do Frade deixa-nos entrever a formação, já desde os finais do II milénio a. C., de uma organização habitacional possivelmente hierarquizada, ao nível da bacia do rio Ovil (afluente da margem direita do Douro). Em simultâneo, a necrópole do Tapado da Caldeira, a apenas algumas dezenas de metros da Bouça do Frade, constituída por sepulturas rectangulares abertas no saibro, de provável inumação individual (contendo cada uma apenas um vaso cerâmico), é conectada possivelmente com uma primeira fase de ocupação daquele povoado, forneceu-nos um indício importante. De facto, a presença de uma pequena sepultura, com toda a verosimilhança infantil (sepultura IV), permite-nos colocar a hipótese da transmissão hereditária de um estatuto social superior, no seio desta comunidade dos sécs XIII-XII a. C.. Aliás, tal fenómeno, a ter-se dado, condiz com o processo sugerido de intensificação económica, no qual a posse e transmissão da terra se tornaria numa base fundamental da sustentação da estabilidade das novas elites.

Cremos, na verdade, que no Norte de Portugal, particularmente nas actuais provincias do Minho e Douro Litoral, durante esta primeira etapa do Bronze

sição e também porque são visíveis algumas diferenças ao nível do registo arqueológico, analisaremos, num primeiro momento, as provincias do Minho, Douro Litoral, Trás-os-Montes e Alto Douro e, numa segunda fase, a provincia da Beira Alta.

Final, terão emergido, correlacionadas com povoados de vocação agro-pastoril, necrópoles de sepulturas planas, de inumação individual (abertas no saibro ou em cistas) contendo um ou mais vasos cerâmicos, entre os quais se conta uma forma regional bem conhecida no Noroeste, a dos recipientes chamados de «largo bordo horizontal».

Os materiais insertos nestes contextos habitacionais e sepulcrais datáveis dos sécs. XIII-XI a. C. são, na sua maior parte, cerâmicos. Nos povoados podem

ocorrer ainda, além de moinhos manuais ou artefactos líticos, raros objectos metálicos. Os recipientes cerâmicos dos povoados são, na sua generalidade, lisos, mas por vezes inserem decoração plástica (mamilos e cordões). Muitos tem bordos decorados com incisões ou puncionamentos. Contudo, para além dos excepcionais vasos de «largo bordo» podem surgir, esporadicamente, cerâmicas decoradas com as técnicas de «Boquique», incisão ou excisão, com nítidos paralelos em exemplares da «Cultura de Cogotas I» da Meseta

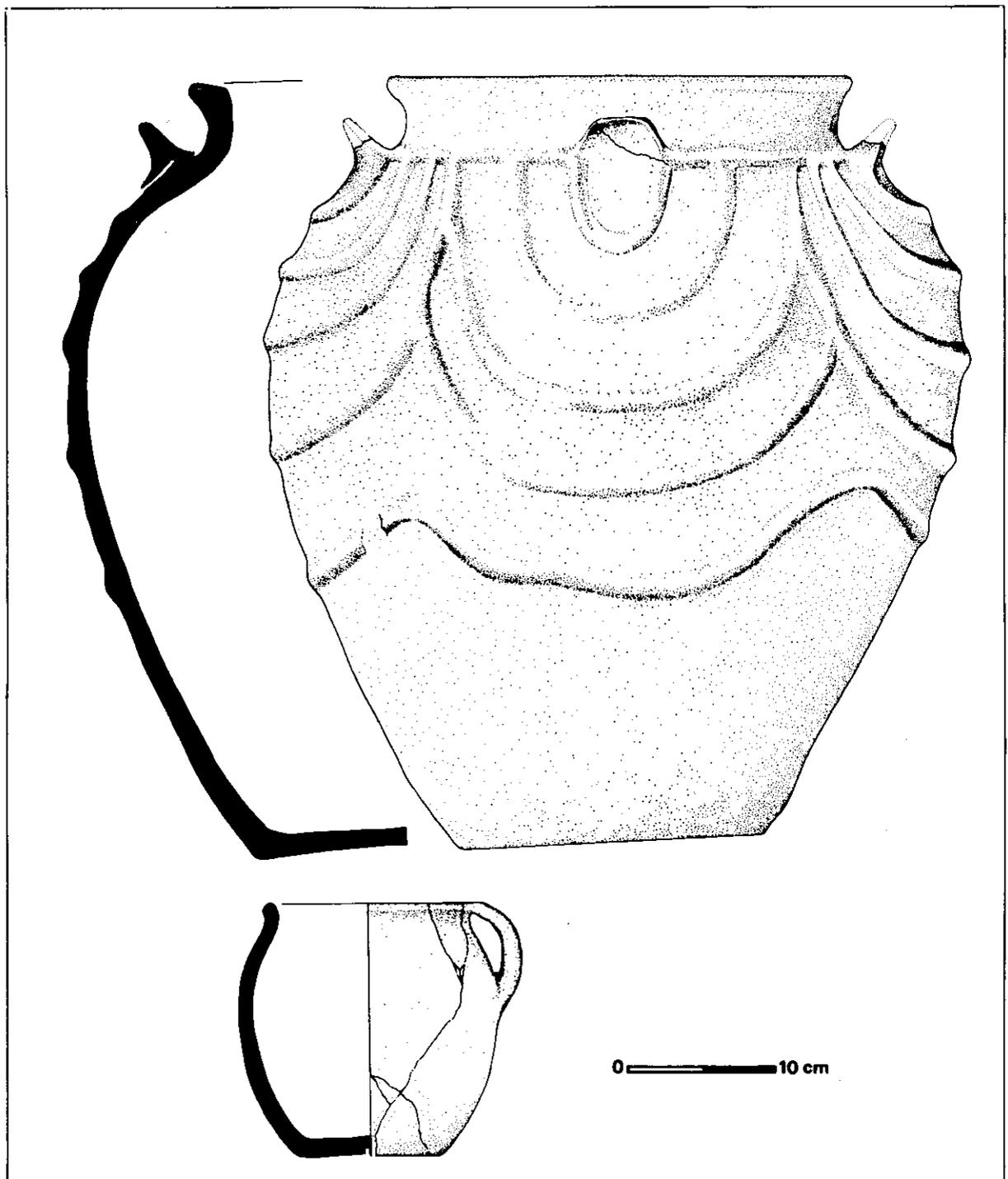


FIG 1. Recipientes cerâmicos do povoado do Bronze Final da Bouça do Frade.

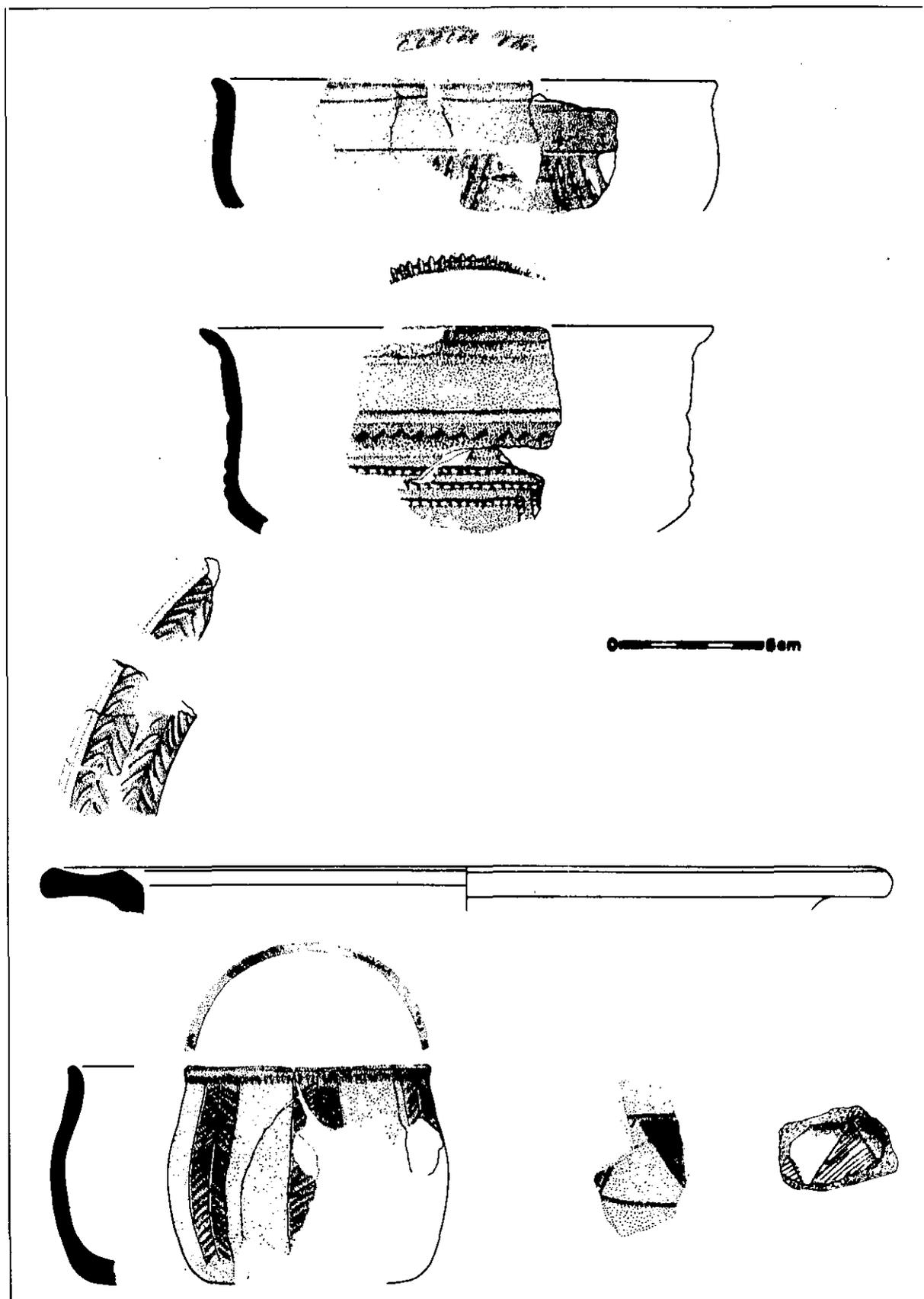


FIG 2. Cerâmicas do povoado do Bronze Final da Bouça do Frade: 1, 2 e 4, «tipo Cogotas I»; 3, «largo bordo horizontal»; 5, «tipo Baiões».

Norte. Conhecemo-las por exemplo nos povoados da Bouça do Frade (Baião), ou Monte do Padrão (Santo Tirso) e ainda em «habitats» inéditos da zona do Douro. Na necrópole do Tapado da Caldeira, na sepultura III, foi exumada uma bela «fuente» decorada segundo aquelas técnicas tão típicas das comunidades do Bronze Final da Meseta. Se os vasos «de largo bordo horizontal» se poderão interpretar enquanto recipientes de luxo característicos do Noroeste peninsular, a presença de cerâmicas de «tipo Cogotas I» em povoados e numa necrópole desta área deverá ser justificada pela interação das diferentes comunidades da Meseta e da fachada atlântica. Como também já sugerimos em sínteses recentes, a procura de estanho ou de artefactos em bronze por parte das populações mesetanas, nesta fase inicial (anterior ao dinamismo das suas «oficinas» locais), poderia estar na base de intercâmbios entre aquelas regiões, estabelecendo-se assim canais de contacto através dos quais, por «arrastamento», a cerâmica circularia. Trata-se evidentemente, de uma simples hipótese de trabalho, sujeita a confirmação futura.

Atendendo aos poucos dados disponíveis para esta fase (circulação limitada de artefactos metálicos, povoados sem defesas naturais, de vocação agropastoril, algumas prováveis sepulturas de inumação individual contendo espólios apenas cerâmicos), somos levados a supor uma primeira etapa do Bronze Final onde não são ainda muito visíveis no registo arqueológico indícios de forte competição social.

Todavia, as condições que permitiram a instabilidade social característica do período seguinte, já se encontrariam reunidas nesta etapa: relações de dominação e hierarquia com base no controlo da produção de bens de subsistência resultantes de uma economia agropastoril evolucionada; manipulação por parte de certas elites das vias de circulação e intercâmbio do metal, integrando-se assim, desde cedo, em amplas redes de alianças supra-regionais que poderiam abarcar o centro da própria Península.

Durante o segundo período, entre c. de 1000/900 a. C. e c. de 700 a. C., é visível uma maior quantidade e progressiva diversidade de artefactos metálicos produzidos ou em circulação: machados de talão e alvado, pontas de lança de alvado, punhais afins ou do «tipo Porto de Mós», uma eventual espada (de língua de carpa?), e ainda utensílios de uso quotidiano ou de prestígio, como foices de talão e de alvado, facas, cinzéis, fíbulas de arco multicurvilíneo, capacetes de crista ponteaguda, caldeirões, ganchos para carne e espetos articulados em bronze. A ourivesaria está representada por braceletes e espirais, onde é possível verificar, num caso (o bracelete de Cantonha), a peculiar simbiose do estilo «Villena-Estremoz» como o de «Sagrajas-Berzocana». A grande maioria destes artefactos deve ter sido fabricada no local segundo modelos alógenos. Se atendessemos a recentes teorias como a de Almagro-Gorbea (no prelo), teríamos de aceitar uma influência mediterrânica na produção de tipos como foices de alvado, capacetes, caldeirões e ganchos para carne, além, claro, de punhais «Porto de Mós» e fíbulas de arco multicurvilíneo em bronze. Muitos destes objectos poderão ter pertencido a «depósitos». A maioria aparece fora de contexto,

persistindo uma grande raridade em «habitats». No entanto, em alguns destes existem provas inequívocas de uma metalurgia do bronze feita in loco.

A par de povoados (e sepulcros) do tipo já mencionado a propósito da fase anterior, os quais continuarão a ser utilizados (ou construídos) durante esta etapa, poderão surgir na passagem do milénio os primeiros «habitats» alcantilados, com defesas naturais ou mesmo artificiais, como aliás o sugerem as cronologias absolutas de S. Julião (Vila Verde) e Coto da Pena (Caminha) (sec. X a. C.). Nesta classe de povoados ocorrerão, em regra, para além de cerâmicas comuns, locais e regionais, recipientes brunidos, lisos ou decorados, do tipo «Baiões/Santa Luzia». Tais cerâmicas, de morfologia supra-regional, parecem acompanhar, em alguns destes «habitats», artefactos metálicos. A título meramente exemplificativo citemos Castelo de Matos (Baião), Castelo de Aguiar (Vila Pouca de Aguiar), S. Julião e Barbudo (Vila Verde), etc. Estes povoados, na sua maioria, ou são ocupados pela primeira vez, ou após uma longa fase de abandono, correspondendo a uma nova estratégia de povoamento que tem lugar por volta do séc. X a. C. Contudo, quer em povoados abertos, quer em povoados de altura, os quais poderão agora corresponder a funções diversificadas adentro da mesma rede de povoamento, ocorrem objectos metálicos e vasos brunidos, revelando que alguns dos itens de maior prestígio da época se encontram disseminados por uma vasta gama de sítios habitados. Por outro lado, nesta fase, torna-se mais nítida a hipótese, não só de sistemas hierarquizados de povoamento, como eventualmente da existência de «habitats» centrais que se assenhorariam tanto da produção e circulação metálica, como da redistribuição de produtos de consumo básico. Tal modelo de povoamento começa, por exemplo, a ser testado numa região bem delimitada, como é a bacia do Ovil em Baião. Durante esta etapa, coexistem povoados abertos com fossas, como por exemplo a Bouça do Frade ou a Lavra, e povoados de altura, com defesas naturais, como Castelo de Matos ou, mesmo, o Alto da Caldeira. Os primeiros, se devidamente articulados com os segundos, no mesmo sistema de povoamento e esfera de interação, poderiam funcionar como «celeiros» da comunidade. Aos «habitats» de altura poderia, entretanto, competir a gestão da produção metálica e o controlo dos intercâmbios a distância, o que, dada a competição que essa actividade despoletaria, justificava a ocupação de cerros alcantilados, onde mais facilmente os seus habitantes se pudessem defender de eventuais agressões.

O aparecimento destes novos povoados de altura, tal como em outras regiões da fachada atlântica peninsular vem acompanhado do incremento da produção metalúrgica e de sinais da «influência» cultural mediterrânica. As cerâmicas brunidas (em particular as decoradas) e outros elementos socio-técnicos não são mais do que indícios desse movimento mais geral. De facto, a necessidade das «oficinas» locais colocarem produtos em novas áreas receptoras do «mercado» atlântico, mesmo em pleno mundo mediterrânico, terá provocado, a partir dos inícios do I milénio a. C., uma forte competição entre os

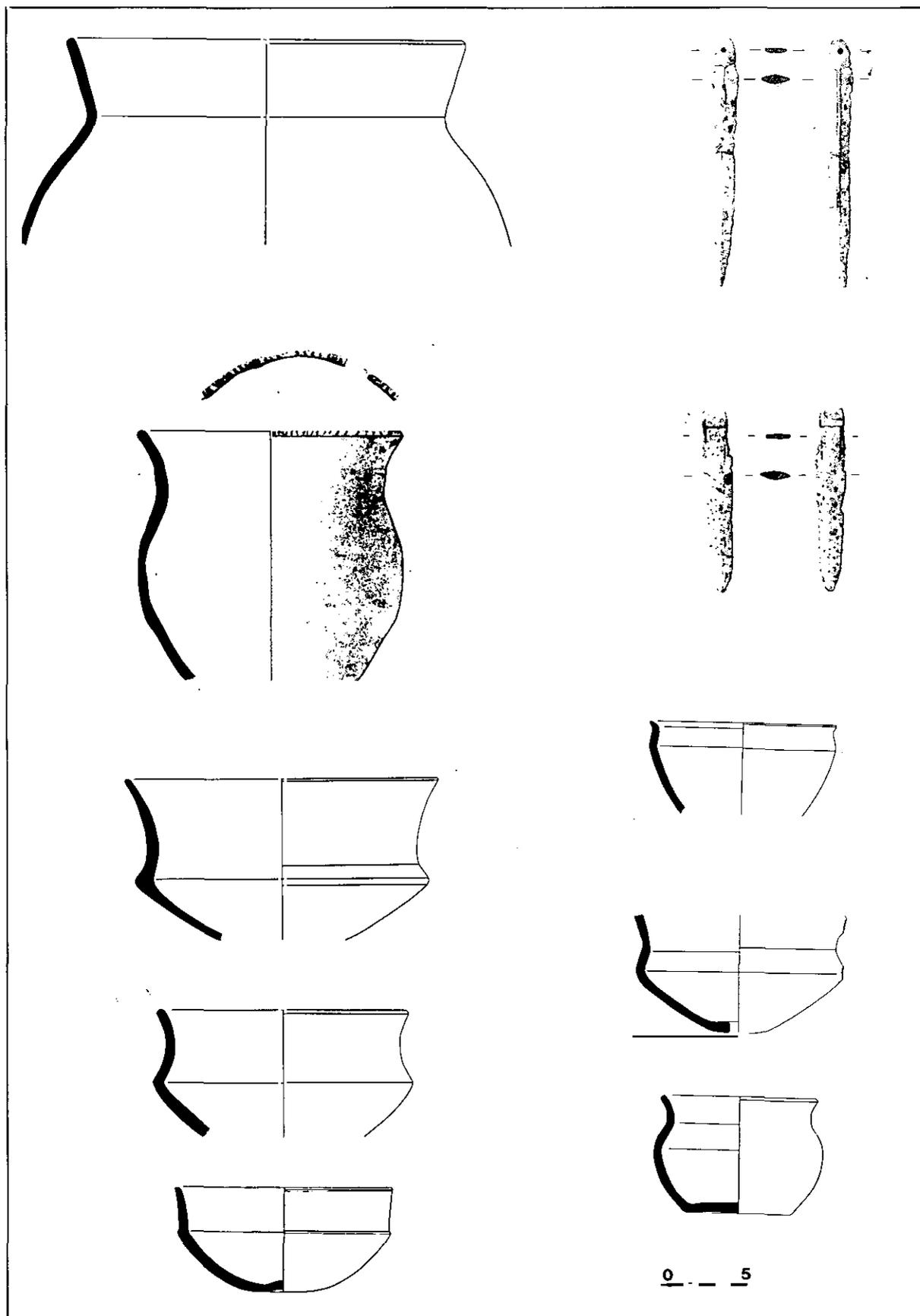


FIG 3. *Materiais da Fase I. Povoado de S. Julião.*

diferentes centros produtores e «intermediários» peninsulares. A prazo, terá sido inevitável a emergência de importantes desigualdades e assimetrias de poder nas «unidades socio-políticas».

Creemos que será neste contexto de alguma instabilidade social generalizada (nos três séculos que antecedem o impacto fenício na Península) que se deve compreender o fenómeno abrangente das arquitecturas fortificadas e, em última análise, a ascensão de certos chefes com poder acrescido.

No Norte de Portugal, a supremacia de certas elites poder-se-ia ter materializado, segundo nossa sugestão (Jorge 1988b, 104-105; no prelo), na feitura de algumas estátuas-menires recentemente descobertas. Referimo-nos particularmente às estátuas-menires de Chaves e Faiões (Chaves) e, de forma mais remota, à da Bouça (Mirandela). Consideramos a estátua-menir chamada «do Porto» (e provavelmente oriunda de S. João de Ver, em Vila da Feira) já proto-histórica (isto é, de uma provável Idade do Ferro). Quanto ao exemplar da Ermida (Ponte da Barca), devido à ausência de atributos que permitam estabelecer paralelos fiáveis, preferimos de momento não a incluir nesta série, embora a consideremos mais tardia do que o proposto pelo seu descobridor. As peças de Chaves, Faiões e da Bouça, tem algo de comum, para além de se tratar de exemplares onde a configuração antropomórfica se encontra mais ou menos expressa: apresentam no reverso um atributo similar, de forma sub-retangular alongada, com ligeiro alargamento terminal. Tal atributo (adorno de vestuário?) lembra vagamente as figuras ancoriformes das tampas de sepulturas do Bronze do SO e, dado o contexto em que ocorre, também aqui poderia ser interpretado como um símbolo padronizado de poder. Aliás, tal elemento, com uma estilização ligeiramente diferente, também surge na peça «do Porto», insinuando uma eventual perduração da mesma insígnia de poder. Todavia, das três estátuas-menires inicialmente referidas, apenas as de Chaves e Faiões estão armadas. Por outro lado, a de Chaves e a da Bouça são verdadeiros menires fálcos, aos quais se apuseram (sem que tal obrigue, note-se, a consideração de duas fases culturais diferentes de elaboração das peças) outros atributos individualizantes. Contudo, se do ponto de vista meramente tipológico, o exemplar da Bouça (menir fálco + insígnia) é mais simples do que os de Chaves (menir fálco + insígnia + correia + armas) e Faiões (laje antropomórfica + insígnia + correia + arma), de um ponto de vista cronológico-cultural tais exemplares tanto podem ser contemporâneos como de épocas diferentes. Quanto as armas das peças de Faiões e Chaves, elas estão embaalhadas, pelo que é difícil deduzir a respectiva tipologia.

No geral, parece que nos encontramos face a três representações com carácter antropomórfico mais ou menos esboçado, eventualmente relativas a personagens de estatuto social superior, glorificadas na sua função social de comando, ou entidades míticas ou divinas nas quais se projectou o carisma inerente a tal função. Dada a bem conhecida polissemia dos símbolos, nada impede, antes sugere, que tenham tido todos esses significados ao mesmo tempo. Se, de entre as três, destacarmos o aspecto mais nitidamente antropomór-

fico do exemplar de Faiões, e quisermos associá-lo à vontade de representar um personagem mais individualizado, talvez possamos estabelecer um paralelo com o que se observa nas «estelas de tipo estremenho» do SO. Assim estaríamos neste caso, possivelmente, perante o culto de determinada figura divinizada ou tão só heroificada, cuja memória quicá se quisesse manter viva no seio da comunidade que a honrava.

A distribuição na Beira Alta dos artefactos metálicos integrados no «comércio» atlântico adverte-nos para o fenómeno, precoce nesta área, de produção e circulação daqueles objectos (pelo menos desde os sécs. XII/XI a. C.) (Jorge no prelo). Para além de machados de talão sem anéis ou com um só anel, conhecemos machados de apêndices, punhais «tipo Porto de Mós», espadas pistiliformes, lanças de alvado e braceletes maços, cuja tipologia aponta, segundo os faseamentos de A. Coffyn (1985) ou Almagro Gorbea (1986, 350-532), para uma época charneira entre o Bronze Final I e o Bronze Final II. Por outro lado, na Beira Alta as estelas recentemente descobertas de Baraçal e de Foios (Sabugal) vem ajudar a compreender melhor a estrutura social de certas comunidades metalúrgicas, cujas elites detinham certamente o controlo de rotas terrestres na procura e distribuição do metal.

A peça de Baraçal integra-se no sub-tipo IIA do grupo das «estelas estremenhas» formulado por Varela Gomes e Pinho Monteiro (Gomes e Monteiro 1976-77, 281-343), cujo centro se localiza, como é sabido, na Estremadura espanhola. São estelas possivelmente datadas dos sécs XII-XI a. C., incluindo como é característico deste sub-tipo, em posição central dominante, um escudo com chanfradura em V, ladeado por uma lança e uma espada.

A estela de Foios insere-se no sub-tipo IIB, apresentando ainda, além do tema clássico, e segundo o autor do seu estudo, o esboço de uma fíbula. É datada dos sécs X-IX a. C.. Este sub-tipo acusa, em termos peninsulares, novos influxos culturais mediterrânicos (se aceitarmos a tese de que o próprio escudo já se inspira em protótipos orientalizantes), através da inclusão de um ou mais atributos (espelho, pente, fíbula, carro de combate ou de transporte e capacete). Contudo, o escudo continua a dominar as composições, sendo aparentemente cultuada, através destas peças, a função social do poder. De referir que as estelas de Foios e do Baraçal (Sabugal) constituem os exemplares do tipo «estremenho» mais setentrionais conhecidos até à data na Península. Curiosamente a sua tipologia integra-os numa fase bem antiga.

A partir do séc. X a. C. (se não já antes) poderão ter começado a aparecer em vários pontos da Beira Alta (este fenómeno assume características curiosamente bem semelhantes em quase todo o território português) povoados de altura com boas condições naturais de defesa, alguns dos quais fortificados (recorrendo a muralhas, fossos ou aterros). Nesta área global mencionaremos apenas, como exemplos, Castelejo (Sabugal), Cabeço do Castro de S. Romão (Seia), além dos conhecidos povoados da N. Senhora da Guia (S. Pedro do Sul) e Sta. Luzia (Viseu). Futuras prospecções nesta região devem, a curto prazo, vir ampliar a lista de povoados desta fase.

O que aglutina estes habitats de altura, para além do seu carácter defensivo, são alguns dos materiais cerâmicos constituídos por recipientes brunidos, frequentemente carenados, por vezes decorados, segundo as técnicas da brunidura e da incisão (pré ou pós cozedura). Se as formas cerâmicas carenadas se integram num quadro tipológico global recorrente no Baixo Tejo, no Alentejo e no Norte de Portugal as decorações podem assumir aqui variantes, sendo muito habituais as incisões e os puncionamentos de «tipo Baiões/Santa Luzia». Trata-se de uma variação local dos «ornatos brunidos» característicos das estações do Baixo Tejo (Alpiarça/ Lapa do Fumo) e

do próprio Alentejo (Cerradinha/Outeiro do Circo), os quais talvez imitem, por sua vez, padrões decorativos mediterrânicos. Nestes povoados podem ainda ocorrer artefactos metálicos insertos no âmbito cultural dos intercâmbios supra-regionais que temos vindo a analisar.

De entre as estações referidas, gostaríamos de realçar alguns aspectos recentemente publicados sobre o povoado de N. Senhora da Guia (S. Pedro do Sul). Sobre este habitat já amplamente divulgado sob a forma de múltiplos artigos, gostaríamos de chamar a atenção para a associação nele verificada de cerâmicas brunidas de «tipo Baiões/Sta. Luzia» com variadissi-

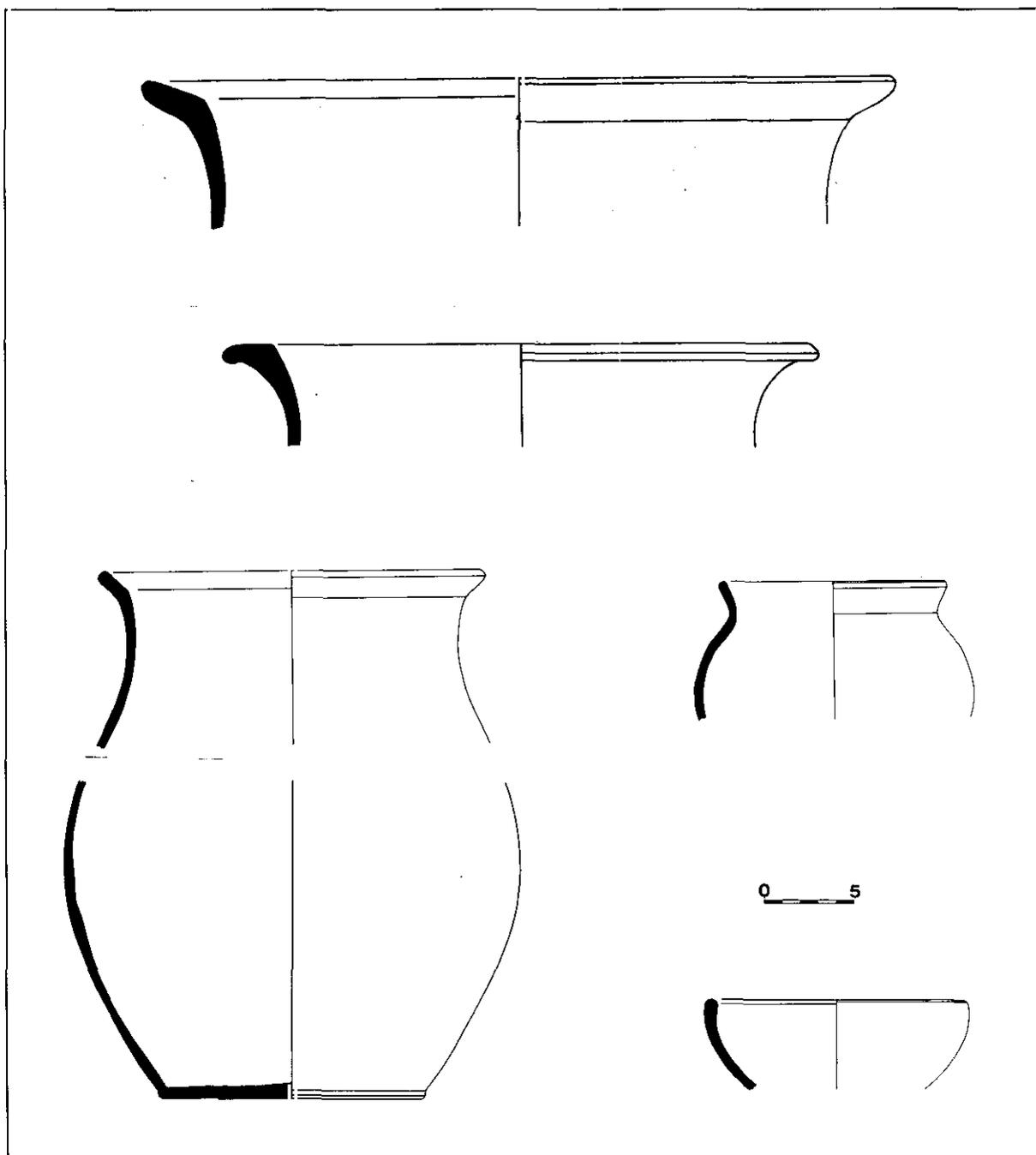


FIG 4. Cerâmica da Fase II. 1, 2 e 4, S. Julião; 3 e 5, Castro do Barbudo.

mos artefactos metálicos, nomeadamente os recentemente encontrados num «depósito», cujos bronzes não aparentavam sinais de utilização. Entre os artefactos de bronze deste povoado cumpre destacar: machados de talão com duplo anel e um molde bivalve de fundição de machados de talão unifaces com um anel; foices de alvado (de tipo britânico?); taças hemisféricas com decoração incisa geométrica sob o bordo; pontas de lança de alvado; um punhal com cabo de bronze (grande percentagem de chumbo) e lâmina de ferro; carros votivos; gancho para carne e espeto articulado. Entre os objectos de adorno em ouro, há que referir a presença de dois torques e um bracelete, maciços, de secção circular, decorados segundo o estilo «Sagrajas-Berzocana» e um par de braceletes de fita larga também decorados com caneluras e incisões geométricas nas extremidades. O interesse deste conjunto, achado no interior do recinto habitado, para além de provar a prática de uma importante metalurgia num povoado com cerâmicas brunidas do âmbito «Baiões/Santa Luzia», revela ao mesmo tempo, segundo Almagro Gorbea (no prelo), a plena penetração de comportamentos rituais e simbólicos mediterrânicos no seio de comunidades situadas na fachada atlântica peninsular, ainda durante o Bronze Final III (900-700 a. C.), na verdade, para aquele autor, não só as foices de alvado, os carros votivos, o gancho para carne e as taças hemisféricas parecem copiar modelos «orientalizantes», como a presença daqueles três últimos artefactos indicara a posse de uma utensilagem de prestígio e poder, para ser utilizada em banquetes rituais, ao gosto das elites mediterrânicas. Neste sentido, a existência destes objectos registaria a assimilação de uma estrutura ideológica, bastante mais profunda e complexa do que a simples circulação de itens socio-técnicos deixaria pressupor.

A argumentação de Almagro-Gorbea, que pretende valorizar a componente cultural mediterrânica nos contactos supra-regionais europeus, anteriores à implantação fenícia no Sul da Península nos finais do sec. VIII a. C., atinge também a significação de outros objectos metálicos existentes no nosso território. Assim para além dos artefactos existentes em N. Senhora da Guia, já citados, terão sofrido influências mediterrânicas, ou corresponderão simplesmente a imitações de protótipos mediterrânicos, os machados de apêndices, os punhais «tipo Porto de Mós, os caldeiros em bronze, as fíbulas, etc. Alguns dos citados objectos, entre outros (pentes, espelhos, escudos, etc.) encontram-se igualmente representados nas estelas de «tipo estremenho», o que, numa primeira análise, parece vir em abono da teoria daquele investigador, de acordo com a qual, a partir dos sécs. X/IX a. C. (marcos hipotéticos), novos influxos culturais mediterrânicos terão determinado importantes mudanças sociais na estrutura social das populações da fachada atlântica peninsular. Teoria cuja verosimilhança, total ou parcial, só poderá ser testada através de novos estudos que procurem situar os contextos arqueológicos em que ocorre a nova utensilagem, e seu sentido social.

De realçar ainda que recentes datações de C14 no povoado de S. Romão (Seia), relativas a este âmbito

cultural, colocaram o seu nível de habitação no séc. X a. C., dando assim uma certa consistência aos parâmetros da cronologia relativa (inferidos através de analogias tipológicas) já mencionados, no que toca à origem dos povoados com cerâmicas brunidas desta área. Um breve balanço sobre o Bronze Final do Norte de Portugal (a Norte e a Sul do Douro) revela-nos, nas diferentes áreas que constituem esta ampla região, indícios de um fenómeno abrangente de hierarquização social e de inserção das comunidades locais num processo de intercâmbios em larga escala.

Assim, nas regiões interiores de Trás-os-Montes e da Beira Alta, algumas estátuas-menires e as conhecidas «estelas» são correlacionáveis com o culto de chefes guerreiros no seio de populações certamente muito hierarquizadas, implantadas em zonas ricas em estanho ou em «corredores de passagem» entre áreas produtoras de estanho e cobre.

Por outro lado, a partir, pelo menos, do séc. X a. C., a emergência de povoados alcantilados, com defesas naturais ou artificiais, em toda esta vasta região, parece ser simultânea da intensa produção e circulação de artefactos metálicos. Trata-se de um «movimento» mais geral que atingiu uma grande parte da Península desde os inícios do I milénio a. C. Implementaram-se inúmeras «oficinas» locais, as quais intensificaram as suas relações com os tradicionais centros atlânticos, quer com novos «mercados» situados no Mediterrâneo. Desse processo resultaram certamente competições intercomunitárias, responsáveis, em última análise, pelo aparecimento de novos povoados com incisivas necessidades defensivas.

Na confluência de múltiplas «influências», a componente mediterrânica parece ter deixado fortes marcas culturais, sobretudo a Sul do Douro, desde, pelo menos, os finais do II/ inícios do I milénio a. C. Assim, se explicara a presença das estelas de «tipo estremenho» e ainda os objectos rituais em bronze encontrados no povoado de N. Senhora da Guia, na Beira Alta. Tais «influências» (que alguns autores pensam ter sido profundas) terão afectado, embora de forma mais mitigada, e ainda durante o Bronze Final III, as regiões mais setentrionais do território português, como o prova a tipologia de alguns artefactos metálicos ou a própria cerâmica brunida de «tipo Baiões» encontrada em inúmeros povoados a Norte do Douro. Contudo, e face à progressiva rarefacção dos elementos de origem claramente mediterrânica, nesta área, cabe perguntar qual o grau de integração das populações locais numa estrutura ideológica que lhes era estranha. E, por extensão, qual a natureza do fenómeno de aculturação que, desde os finais do II milénio a. C., vinha moldando o comportamento destas populações do Noroeste.

Tal problemática articula-se com a tentativa de identificar a identidade cultural das múltiplas comunidades que protagonizaram os intercâmbios que anteriormente referimos. De facto, graças ao carácter abrangente dos mecanismos responsáveis pela circulação de objectos de excepção em vastos territórios, e a integração das populações locais em sistemas muito apertados de interacção social, o registo arqueológico produz uma imagem falsa de unidade cultural. Se entre os artefactos de luxo manuseados pelas elites ou

os símbolos do seu poder encontramos diferenças regionais (por ex. estelas de «tipo estremenho» na Beira Alta e estátuas-menires em Trás-os-Montes), entre os artefactos domésticos de âmbito habitacional ainda são mais visíveis os localismos. Tal facto adverte-nos para a provável existência no Norte de Portugal de um «mosaico» de comunidades quiçá especializadas em diversos sistemas de subsistência ou produtoras de distintos comportamentos sociais e simbólicos. A delimitação destas «unidades socio-políticas», portadoras, sem dúvida, duma elevada individualidade cultural, afigura-se-nos uma tarefa impriscindível no estudo desta época. O seu desconhecimento tem-nos impedido, aliás, de conseguir interpretar com o mínimo de verosimilhança a origem e natureza das comunidades proto-históricas que lhes sucederam na mesma região.

4. A IDADE DO FERRO DO NORTE DE PORTUGAL: CRONOLOGIA DE EVOLUÇÃO CULTURAL

A primeira dificuldade que nos surge ao abordar a realidade cultural da região, no período cronológico habitualmente designado por Idade do Ferro, em termos de cronologia europeia, é a própria inadequação do termo à evidência arqueológica. Após um período correspondente ao B. Final, em que a região do NO peninsular conhece um grande desenvolvimento tecnológico, associado à expansão da metalurgia do bronze, oferecendo uma gama variada de produtos metálicos e cerâmicos que registam uma marcada interacção com outras regiões, evidenciando igualmente contactos à distância, verificamos um crescente isolamento desta área e uma transformação a nível cultural, que acentuam a sua individualidade no contexto peninsular. Uma das tónicas dessa individualidade é sem dúvida a grande escassez, senão mesmo a ausência, de produção metalúrgica, num período que medeia entre os sécs. VII-II a. C. Se o bronze é escasso, encontrando-se em quantidades insignificantes nos povoados da região, o ferro parece sistematicamente ausente, se exceptuarmos os punhais de antenas, cuja dispersão não atinge o território actualmente português (Ruiz Galvaz Priego 1980, 85-111, 1984; Coffyn 1985), ou o aparecimento de algumas xorcas e adornos na franja litoral do NO, mais justificável por contactos com o Sul da Península, do que por uma produção local (Silva 1986, 33-35).

Quer a clássica divisão da Idade do Ferro em I (750-500 a. C.) e II (posterior a 500 a. C.), quer a classificação mais culturalista de Hallstatt e La Tene, por correlação com a Europa Centro-Occidental, habitualmente utilizadas em diferentes regiões, revelam-se na área em estudo totalmente desadequadas. A dificuldade em encontrar produtos típicos desses períodos ou culturas, justifica que desde cedo se tenha generalizado, para esta área, uma designação tipicamente culturalista, que abarcava a realidade arqueológica do período em causa. O termo «Cultura dos castros», ou «Cultura Castreja», como é mais vulgar-

mente utilizado pela generalidade dos investigadores, expressa simultaneamente a individualidade cultural da região em termos de habitat o castro e a dificuldade em a filiar linearmente nos parâmetros cronológicos europeus, ou mesmo peninsulares. A cronologia da evolução cultural desta região aparece assim quase sempre sistematizada a partir da própria designação cultural (castrejo I, II, III), desde as primeiras formulações cronológicas (Blanco Freijeiro 1960, 179-195; Cardoso 1962, 391-423; Maluquer de Motes 1975, 269-284; Acuña Castroviejo 1977, 235-253; Almeida 1983, 70-74; Silva 1986).

O estabelecimento de uma cronologia para a evolução dos castros do NO peninsular é ainda hoje uma questão em aberto e talvez, o problema mais complexo da arqueologia destes habitats, sentida e expressa sucessivamente por vários investigadores, que se dedicaram ao seu estudo (Lopez Cuevillas 1953; 1954; Maluquer de Motes 1975, 269-284). Se durante muito tempo as construções cronológicas eram muito teóricas e repousavam essencialmente na base da datação de alguns artefactos, em particular alguns raros metais, a joalheria, ou a decoração da cerâmica, articulando-se com uma grelha pré estabelecida de possíveis migrações e influxos populacionais e culturais, verificamos hoje que a situação não se alterou substancialmente, mau grado um melhor conhecimento da evidência arqueológica e a utilização de datas de radiocarbono. Por outro lado, no que se refere ao Norte de Portugal, será de destacar que os dados disponíveis se referem exclusivamente à região do Entre-Douro-e-Minho, onde os estudos são mais significativos, desconhecendo-se praticamente tudo sobre a origem e evolução dos castros da zona de Trás-os-Montes e Beira Alta. Centrando-nos nas propostas cronológicas mais recentes, quer de âmbito geral (Almeida 1983, 70-74; Silva 1986, 66-67), quer regional (Martins 1987; Almeida 1987), verificamos que os dados disponíveis para sistematizar a evolução cultural da região são ainda largamente insuficientes. É difícil datar os diferentes aspectos da cultura material (arquitectura, cerâmica), são escassos os produtos importados, os metais estão sistematicamente ausentes. Acresce ainda o facto de só muito recentemente se ter começado a valorizar, em termos de escavação, os aspectos diacrónicos da evolução destes habitats. Mas, se é certo que escasseiam as datas de C14 e as seqüências estratigráficas seguras, também é um facto que um dos aspectos mais marcantes da cultura material dos povoados desta região será a sua própria estabilidade (Martins 1987). É ao nível dos objectos raros, como a ourivesaria, ou daqueles cuja ocorrência eminentemente litoral, testemunha contactos com as áreas meridionais da Península, que encontramos os elementos mais usados para estabelecer a cronologia evolutiva da região (Silva 1986) e sistematizar as suas influências exógenas. A correlação deste tipo de informação com os aspectos mais conservadores da cultura material, como a arquitectura militar e doméstica, ou a cerâmica local, embora ensaiada, não está isenta de críticas. Com efeito, a insuficiência dos dados tem legitimado muitas vezes abusivas generalizações e suportou no passado, como ainda agora, tentativas de articular linearmente a evolução cultural

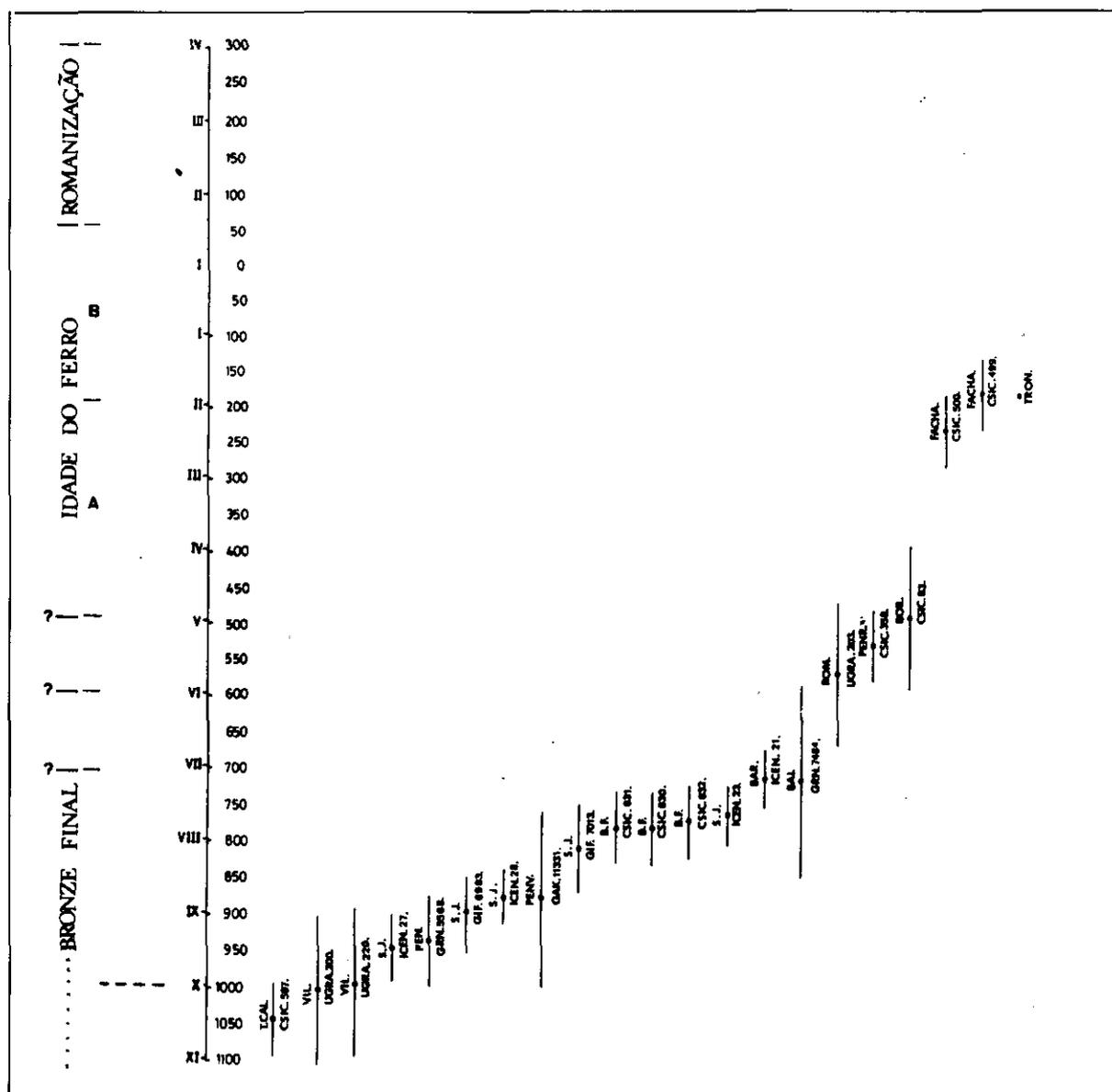


FIG 5. Cronologia do 1º milénio a. C. e datas de C 14 conhecidas para o N.O. peninsular (não calibradas).

com acontecimentos que se prendem directa, ou indirectamente com o NO, alguns dos quais narrados nas fontes literárias. Esta situação é particularmente válida para os últimos séculos do I milénio a. C. Para os séculos anteriores utilizam-se como suportes cronológicos as migrações e uma rede de influências técnicas e estilísticas, cuja repercussão raramente é avaliada.

A criação de um modelo de evolução interna, no qual sejam valorizados mesmo os aspectos mais arcaizantes da cultura material e em que as explicações para a alteração do registo arqueológico sejam procuradas no âmbito da dinâmica interna das próprias comunidades e em termos da sua interacção, não constitui todavia uma mera questão de moda. Ela decorre da própria lógica do registo arqueológico da região, no período posterior a 700 a. C. Este assinala uma fraca permeabilidade à mudança e uma reduzida evidência de bens de consumo, sugerindo trânsito à

distância. Os factores que favoreceram a mudança da cultura material entre os sécs. VIII/VII e os inícios da Romanização parecem articular-se predominantemente com as características da região, com os constrangimentos de uma alta densidade populacional, com uma escassez de recursos, ou de meios técnicos para rentabilizar os existentes. Este quadro não exclui obviamente a importância da difusão de técnicas ou produtos de origem exógena, nem tão pouco as consequências que a conquista romana da Península terá tido no seu desenvolvimento. O que não está estabelecido são as repercussões de tais processos na evolução cultural, pois nem sempre elas se fizeram sentir de forma directa, ou generalizada.

O quadro cronológico de boa parte do I milénio a. C. e em particular do período que genericamente coincide com a Idade do Ferro europeia (séc. VIII/VII-I a. C.) é demasiado grosseiro e generalista, sendo os marcos divisórios das grandes fases de evolução em

muitos casos puramente convencionais. A tentativa de construir modelos de evolução interna, relegando para segundo plano os marcos convencionais da História do NO, depara com enormes dificuldades, utilize-se como critério o fenómeno da petrificação das casas, considerado como um marco importante na formação da Cultura castreja (Almeida 1983, 70-74; 1986, 161-172), ou a evolução da cerâmica em conjugação com outros aspectos da cultura material (Martins 1987). Por outro lado, há que destacar importantes regionalismos dentro desta área e um acentuado polimorfismo das estruturas em certos momentos, que poderão indicar a existência de vários modelos evolutivos e não apenas de um só. Com base nos dados disponíveis será de supor que certas áreas tenham conhecido um maior dinamismo do que outras e que certos processos tenham tido um reduzido impacto regional, como pode ter acontecido com os contactos com o Mediterrâneo, documentados arqueologicamente na orla litoral portuguesa e galega (Hidalgo Cuñarro 1984, 371-384; Silva 1986, 33-37).

As propostas cronológicas e as etapas evolutivas que passaremos a analisar têm em conta apenas os resultados acumulados pela investigação dos últimos 15 anos e é válida basicamente para a região do Entre-Douro-e-Minho (Soeiro 1984; Hock 1986; Silva 1986; Martins 1987; Almeida 1987). Por ora, é impossível articular e muito menos generalizar os dados desta região com os de Trás-os-Montes e Beira Alta. Os conhecimentos relativos a essas áreas são demasiado incipientes e estamos mesmo em crer que terão sofrido uma evolução diferente, mais articulada com a Meseta e vale do Douro.

O período que corresponde genericamente à Idade do Ferro, em termos meramente cronológicos (séc VIII/VII-V a. C.), e habitualmente incluído numa fase I da Cultura castreja, que corresponderia até ao séc. VIII a. C. ao pleno desenvolvimento da metalurgia do bronze no NO. Esta poderá ter-se mantido residual ainda nos séculos seguintes (séc. VII/VI a. C.). Não existem todavia datas para este período que documentem a continuidade de uma produção metalúrgica do bronze. A. Coelho da Silva considera que o período entre o séc. VII-V a. C. representa uma importante sub-fase (IB da sua cronologia), pois ela testemunha uma dualidade de influências externas, arqueologicamente bem documentadas (Silva 1986, 33-37).

A presença de alguns materiais metálicos no povoado do Coto da Pena, em Caminha, nomeadamente uma fíbula tipo Acebuchal, pendentes de bronze tipo sanguessuga e pingentes de eixo alongado, rematados em disco, testemunham contactos da região litoral do NO com o mundo oriental, resultantes de um comércio por cabotagem, ao longo da costa. O mesmo tipo de objectos, ou outros da mesma origem, está presente em povoados da orla litoral galega, designadamente em Santa Tecla, La Lanzada, Alobre e o Neixon, sendo igualmente de destacar a sua ocorrência no povoado de Santo Estevão da Facha, em Ponte de Lima, em território português (Almeida et alii 1981). Os contactos com o mundo de Tartessos estão igualmente expressos a nível técnico, estilístico e morfológico na ourivesaria

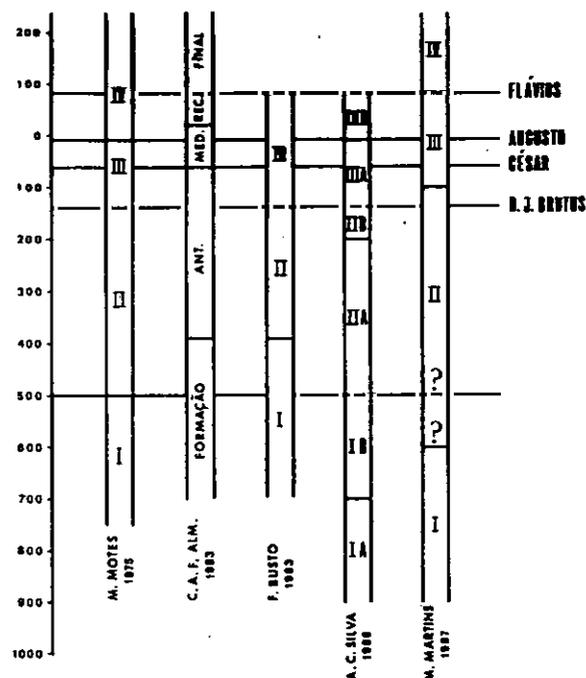


FIG 6. *Propostas cronológicas para a evolução dos castros do N.O. peninsular.*

da região, designadamente no tesouro de Baião, no colar de Malhada e na arrecada de Paços de Ferreira (Silva 1986, 232-239).

No mesmo período fizeram-se sentir na região do NO influências continentais, que se traduzem a nível da ourivesaria, na generalização da decoração de punção e estampilha, presente nos torques de Gondeiro, Malhada e Soalhães. A presença desses elementos estilísticos e o ocultamento de jóias e outros depósitos como Serrazes, Baralhas, Figueiredo das Donas e Vila Cova de Perrinho, são interpretados por A. C. Silva (1986, 121) como um sinal de imigração de populações indo-europeias, portadoras de influências hallstáticas.

A dualidade de influências externas, mediterrânicas e continentais, reconhecida para o período entre os sécs. VIII/VII/V a. C., ter-se-ia assim feito sentir essencialmente a nível de bens de prestígio, quer resultem de uma produção local, ou exógena. Com efeito, a evidência arqueológica não testemunhou até ao momento quaisquer outros sinais dessa dualidade de influências, nem parece fácil aferir o seu impacto a nível económico ou social.

Sabemos que alguns povoados poderão ter sido abandonados nos inícios desse período, como é o caso do povoado aberto da Bouça do Frade, Baião (Jorge 1988a), ou do povoado de Castelo de Matos, também em Baião (Queiroga 1988, 112-138), ou do próprio povoado da Sra. da Guia, na Beira Alta (Kalb 1978, 112-138). Todavia, estes casos não parecem suficientes para documentar a chegada de elementos populacionais indo-europeus ao Norte de Portugal. A justificação para o abandono de tais povoados, embora possa ter sido diferente de caso para caso, pode articular-se com o declínio dos mesmos, relacionado, pelo menos no caso de Castelo de Matos e da Sra. da Guia, com a estagnação da actividade metalúrgica.

Todavia, alguns povoados já fortificados em inícios do I milénio a. C. poderão ter perdurado neste período, como parece ter acontecido com o povoado do Coto da Pena, em Caminha, ou S. Julião, em Vila Verde. Tanto quanto é possível avaliar com base nos escassos dados disponíveis para este período, a cerâmica deverá ter sido subsidiária daquela que caracteriza os inícios do I milénio a. C., ainda que seja de presumir uma eventual rarefação de formas mais luxuosas, como as taças carenadas. Estas, já totalmente ausentes no período seguinte poderiam constituir um item de prestígio de valor regional (Jorge no prelo).

O fim dos corredores de circulação do bronze terá certamente afectado a produção e economia da região do NO peninsular e talvez mesmo, a sua organização social. Esta situação poderia ter levado ao rápido declínio das comunidades que estivessem mais directamente envolvidas na exploração, produção e circulação de matérias-primas e produtos, o que justificaria, pelo menos nalguns casos, o abandono dos próprios povoados. No entanto, ela poderá ter afectado desigualmente a região. De qualquer modo, nada indica para o período em análise uma descontinuidade cultural, sendo antes provável que as comunidades se tenham isolado mais e que tenham diminuído as esferas de interacção entre elas. Esse facto, justificaria a falta de novidades técnicas na região e uma certa heterogeneidade de traços culturais representados na organização dos habitats e nas estruturas, aspectos bem patentes no registo arqueológico de meados do I milénio a. C. Por outro lado, o facto de a joalheria parecer ter sido o único aspecto tocado por influxos técnicos e estilísticos de natureza exógena poderá significar que as elites mantiveram uma certa emulação, alianças, ou contactos, um pouco mais alargados, que não terão chegado a afectar profundamente os hábitos da generalidade das populações.

A ausência de ferro neste período pode ser tanto explicada pelo desconhecimento da sua tecnologia, como pela inexistência na região de jazidas deste metal. Ela pode traduzir também o desaparecimento de trocas de âmbito alargado, que abastecessem a região, o que reforçaria o seu isolamento económico e explicaria a sua marcada individualidade a nível do habitat e das cerâmicas, em relação a outras áreas peninsulares limítrofes.

A evidência arqueológica do período em análise parece-nos insuficiente para dela se poder inferir quaisquer fenómenos de migração para o Norte de Portugal, que possam ter afectado profundamente o substracto étnico das suas populações. As alterações do registo arqueológico que foram constatadas em relação ao Bronze Final, parecem poder ser correlacionadas essencialmente com fenómenos de natureza económica (retracção da produção e dos mercados, diminuição da actividade metalúrgica, maior auto-suficiência das comunidades) e social (menor oportunidade de emulação entre elites, crise de posições de prestígio dentro e entre comunidades), que necessitam de maior aprofundamento a nível arqueológico. Por outro lado, não será de desprezar também, para este período, os efeitos de uma possível deteioração climática, detectada em vastas regiões da Europa do Norte e Central e que vem sendo igualmente docu-

mentada através de estudos palinológicos realizados em vários locais do Norte da Península (Aira Rodríguez et alii, 1989; Olivier 1988). Essa degradação climática poderia correlacionar-se com uma diminuição da actividade agrícola e o reforço da componente pastoril na economia das comunidades da Idade do Ferro, à semelhança aliás do que parece ter acontecido noutras regiões europeias.

O período compreendido entre o séc. V/IV a. C. e II a. C. define para a generalidade dos investigadores uma outra fase na evolução das comunidades do NO. O séc. V a. C. é mesmo considerado por alguns autores como um marco histórico do NO, uma vez que assinalaria a imigração para a região de Túrduos e Célticos, referida por Estrabão (III,3,5); (García e Bellido 1952; Silva 1986), mas que outros autores preferem situar no séc. III a. C. (Alarcão 1988).

A presença de Túrduos Velhos na margem esquerda do Douro, referida por P. Mela (III,8) e Plínio (IV,112-113), documentada nas tesseras de Monte Murado (Silva 1983, 9-26), não serve contudo para datar tal expedição. Por outro lado, se podemos admitir que os Túrduos não ocuparão uma área além Douro, nada sabemos quanto à região para onde se terão deslocado os Celtas, embora seja sugerido que estes se dirigiram para a Galiza (García e Bellido 1952; Silva 1986, 37).

Outros autores, como C. A. Almeida (1983, 70-74; 1986, 161-172), baseando-se na arquitectura doméstica, julgam ser o séc. IV a. C. o momento que definirá o início de uma nova fase (Fase antiga do castro) da sua proposta evolutiva), que se desenvolveria até César. Na opinião daquele autor o séc. IV a. C. representaria uma viragem na evolução das comunidades da região, definindo mesmo o início da Cultura Castreja, uma vez que a partir de então se generalizaria o hábito de construir as casas com pedra, situação testemunhada em S. Estevão da Facha (Almeida et alii 1981). No entanto, este critério não se afigura fidedigno, pois se alguns povoados poderão ter conhecido essa inovação bem cedo, ela parece ausente em muitos outros, onde se continua a construir com materiais percíveis até pelo menos ao séc. II a. C. (S. Julião, Barbudo, Lago) (Martins 1988a; 1988b; 1989). Parece-nos que o problema da petrificação das casas deverá ser entendido como um dos indicadores do acentuado polimorfismo destas comunidades, a nível da arquitectura e da organização dos próprios habitats e mesmo das discrepâncias económicas e sociais que existiriam entre elas. Ainda na primeira metade do séc. I encontramos simples cabanas de materiais percíveis no povoado do Lago, em Amares (Martins 1988a), num momento em que muitos castros de altura erguiam já uma imponente arquitectura pétreo, militar e doméstica, bem documentada na generalidade dos povoados mais escavados da região do Minho (Romero Masiá 1976; Silva 1986; Martins 1987).

As diferentes propostas para o início da Fase II da evolução dos castros traduzem uma incipiente investigação deste período. Pelo nosso lado não temos qualquer hesitação em aceitar que o começo desta fase possa situar-se nos sécs. VII/VI a. C., pois consideramos que a alteração mais significativa no registo arqueológico será aquela que se observa posteriormente

ao séc. VIII/VII a. C., quando desaparecem as condições relacionadas com a produção e circulação dos objectos de bronze. No entanto, considerando que o processo não tenha sido brusco, mas lento e que as suas repercussões a nível da cultura material possam ter levado algum tempo a estruturar-se, aceitamos como marco meramente hipotético os sécs. VII/VI a. C. para o início de uma nova fase cultural.

A nível da cultura material a principal alteração digna de nota consiste na generalização de um tipo de cerâmica, cuja morfologia se inspira em formas pré-existentes no Bronze Final, mas cuja técnica de execução é diferente. Esta caracteriza-se basicamente por possuir abundantes partículas de mica acrescentada, facto que confere um aspecto brilhante às suas superfícies. O reportório de formas restringe-se consideravelmente, centrando-se agora na produção de 3 ou 4 tipos diferentes. Esta alteração parece relacionar-se mais com um certo empobrecimento material destas comunidades do que com influxos exteriores. Estando por datar o momento exacto em que este tipo de cerâmicas faz o seu aparecimento será de salientar que a prática de acrescentar mica às pastas ocorre já em peças datadas do Bronze Final, pelo menos nos povoados de S. Julião e Barbudo, no vale do Cávado (Martins 1988b; 1989).

Não se constatou até ao momento alterações no tipo de habitat, em meados do I milénio a. C. É provável que muitos povoados que foram ocupados no Bronze Final tenham perdurado e que muitos outros, com as mesmas características, possam ter emergido durante esse período. No entanto, a prudência não aconselha grandes generalizações a este propósito, pois dos 825 castros catalogados por A. Coelho da Silva para a região do Norte de Portugal apenas temos referências cronológicas sobre o momento inicial da sua ocupação para cerca de 20 deles (Silva 1986). Alguns povoados parecem conhecer nesta fase modificações das estruturas defensivas (Martins 1988b; 1989). Estas carecem contudo de uma datação mais rigorosa e podem testemunhar um fenómeno pontual e não alargado.

A generalizada ausência de produção metalúrgica nesta fase traduz uma perfeita continuidade em relação aos sécs. VII/VI a. C. já analisados. Mais uma vez é sobretudo no âmbito da ourivesaria que constatamos sinais de influências externas, perceptíveis em dois grupos bem individualizados: um transmontano, centrado na região de Chaves, com maior influência céltica e outro litoral, acusando influências mediterrânicas (Blanco Freijeiro 1957; Silva 1986, 42). Também as fíbulas parecem registar a mesma dualidade de influências, meridionais e continentais, as primeiras constatadas nos grupos designados por tipo Sabroso e Sta. Luzia, as segundas no tipo transmontano (Ponte 1980, 111-119; 1984, 111-144; Silva 1986). No entanto, será de realçar que as fíbulas não se encontram convenientemente datadas em contexto arqueológico, verificando-se que ocorrem mesmo em níveis muito tardios da ocupação dos castros.

A presença na orla litoral do NO de objectos provenientes do comércio púnico e grego, tem vindo a ser bastante valorizada, pois testemunha uma continuidade

de contactos iniciados nos séculos anteriores (Silva 1986). Os quantitativos de materiais dessa proveniência (alguns fragmentos de ânforas púnicas, ou mesmo imitações, e fragmentos de cerâmica grega) são ainda pouco significativos para justificar a ideia de um comércio organizado entre a região e o mundo mediterrânico, nos sécs. V-IV a. C. Eles podem traduzir simplesmente a ocorrência de expedições prospectivas, que teriam tocado vários pontos do litoral português e galgo, mas que não se teriam materializado num circuito comercial consequente (Martins 1987). No entanto, por essa via terão chegado influências técnicas e estilísticas, que afectaram a produção de jóias da fachada litoral, onde dominam os colares de formas compósitas, à base de placas e soldas, documentados no tesouro de Estela, Póvoa de Varzim, o granulado e pseudo-granulado e a filigrana, característica das arrecadas de apêndice triangular (Silva 1986, 234).

O outro grupo de ourivesaria identificado por M. Cardoso na região de Chaves (1942, 98; 1965, 168), de influência céltica, cinge-se aos torques e braceletes com decoração geométrica, de motivos curvilíneos, círculos, SS, por vezes associados a linhas e rectíngulos.

Não é fácil estimar o impacto das influências externas assinaladas a nível da ourivesaria noutros aspectos da cultura material, sendo difícil inferir o seu significado cultural, ou social. Tratando-se de meras influências técnicas e estilísticas, registadas a nível de objectos de prestígio será de supor o seu reduzido impacto, fora da esfera das elites que detinham tais objectos. De qualquer modo, as correntes de inspiração meridional e continental parecem acusar uma certa continuidade, entre os sécs. VII-IV a. C., pelo que, se traduzissem realmente a chegada de elementos populacionais novos, teriam forçosamente que ter afectado outros aspectos da vida material da região.

As comunidades da Fase II parecem exercer um rigoroso controlo sobre uma gama pouco variada, embora homogénea, de recursos (caça, pesca, recolheção pastorícia). Tais recursos não parecem favorecer grandes trocas entre regiões, nem tão pouco uma acumulação perceptível de riqueza. A exploração de metal parece restringir-se a exploração do ouro fluvial e talvez apenas ao estritamente necessário para o consumo regional, de forma a garantir a produção de alguns itens que assegurassem o prestígio de certas famílias. A ausência generalizada de outros metais, a raridade de materiais exógenos, tradutores de esferas de troca alargada e a existência de uma cerâmica de feição local, estilística e morfologicamente conservadora, ao longo de vários séculos, parecem-nos indicadores de uma acentuada autarcia na vida das comunidades, em meados do I milénio a. C. Também uma restrição das actividades artesanais e uma maior importância dada à recolheção e pastorícia na alimentação, são aspectos de destacar no registo arqueológico desta fase, no qual se constata uma ausência quase sistemática de mós, indicadora talvez da reduzida importância da componente agrícola na dieta alimentar desse período. Este quadro cultural e económico parece manter-se basicamente até ao séc. II a. C., altura em que numerosos povoados vão conhecer um considerável desenvolvimento, que traduz

uma maior interacção entre as comunidades, que aparentam estruturar-se, a partir de então, em quadros socio-políticos de âmbito regional e inter-regional. Assim, o fim da Fase II e o início da Fase III podem ser colocados entre meados e finais do séc. II a. C. Alguns autores vão mais longe ao considerar que a Fase II termina em 138-136 a. C., com a campanha de D. Junius Brutus, momento que assinala a entrada do NO português na esfera do mundo romano. A partir de então a cultura material altera-se, acelerando-se o desenvolvimento técnico e económico da região, que parece emergir de um longo período de obscurantismo cultural. Ao longo de todo o séc. I, e ainda na primeira metade do séc. I da nossa era, os povoados registam um crescimento perceptível e sem precedentes, que se materializa numa imponente arquitectura de pedra. No entanto, será de salientar, que embora se possa reconhecer para este período uma maior homogeneidade de traços culturais, em amplas regiões, estamos longe de poder documentar um processo evolutivo único. As regiões mais meridionais e ocidentais conhecerão na Fase III uma dinâmica própria, desconhecida nas regiões mais interiores ou setentrionais, como a Galiza e Astúrias.

A precoce pacificação do território correspondente à província portuguesa do Minho terá certamente favorecido um florescimento económico particular nesta região e uma crescente complexificação social, bem evidentes no registo arqueológico do último século antes da nossa era. Datam desse período o desenvolvimento da metalurgia do bronze e a produção de ferro na generalidade dos povoados. O torno de oleiro faz a sua introdução na região o mesmo acontecendo com a mó giratória. São igualmente generalizados novos sistemas de trabalhar a pedra, documentados nas poderosas muralhas deste período e nas casas circulares. Estas estruturas apresentam agora paredes lisas, organizadas com aparelho poligonal, sendo as pedras faceadas a pingo de ferro.

O desenvolvimento desta fase, acompanhado de importantes inovações tecnológicas e por uma ampliação das actividades económicas, aparece bem demonstrado no crescimento dos povoados e na ampliação e remodelação dos circuitos defensivos. Estes atingem então a sua máxima extensão e, por vezes, um indiscutível aparato, mais justificável por razões de prestígio do que por uma efectiva necessidade de defesa. Também a reestruturação das áreas residenciais, organizadas por vezes em bairros, dentro dos quais encontramos casas, com ou sem vestíbulo, estruturas de armazenamento, ladeadas por pátios lajeados, traduz bem a complexificação da vida económica e social no interior dos povoados. Esta faz-se sentir também numa delimitação mais rigorosa dos espaços domésticos e nalguns povoados mesmo por uma definição espacial evidente da organização familiar dos seus habitantes (Sanfins, Ancora, Santa Luzia) (Silva 1986). Datará talvez deste período a estruturação de alguns povoados segundo um modelo ortogonal, com ruas e quarteirões residenciais, correspondentes a núcleos familiares, numa organização de tipo proto-urbano (Silva 1986).

O desenvolvimento referido, que caracterizara genericamente o período decorrente entre finais do séc.

II e meados do séc. I da nossa era, embora extensível a uma vasta área do Norte de Portugal, parece afectar particularmente os povoados que ocupam uma posição dominante nos principais vales fluviais. Simultaneamente testemunhamos o aparecimento de um número significativo de pequenos povoados fortificados que ocupam as zonas baixas dos vales. Estes, embora situados na periferia, ou mesmo fora dos territórios de exploração dos povoados de altura, parecem articulados numa estrutura de povoamento hierarquizada, analisada para a região do vale do Cávado (Martins 1987; 1988a). Será possível admitir que os pequenos povoados de vale, representando uma espécie de núcleos especializados de produção, estivessem dependentes de outros mais importantes, que ocupavam as posições geo-estratégicas mais assinaláveis, possuindo também uma maior concentração populacional. A necessidade de alimentar uma mão de obra considerável, afecta a realização de trabalhos de interesse colectivo, como seria a construção das muralhas e o reordenamento das áreas habitacionais, exigiria uma produção excedentária, que poderia em parte ser garantida pelos pequenos povoados de vale, orientados para uma exploração mais extensa e intensa dos seus recursos. Tudo leva a crer que as comunidades teriam reforçado neste período a componente agrícola da sua economia, testemunhada directamente pelo aparecimento de vários utensílios relacionados com aquela actividade (Silva 1986), pelo elevado número de mós giratórias que aparecem em quase todos os castros e ainda, indirectamente, pela elevada presença de cereais nos espectros polínicos correspondentes a este período.

Neste sentido, será de diluir a imagem de rudeza e pobreza económica que nos é transmitida pelas fontes literárias, que descrevem para a região do Norte da Península comunidades cuja economia é basicamente recolectora e pastoril. É um facto que esse parece ser o tipo de economia dominante na Fase II, já analisada, e que ele pode ter persistido nas regiões mais montanhosas do Norte da Hispânia. No entanto, para a região do nosso estudo essa imagem revela-se totalmente desadequada, não só face à evidência arqueológica, como também pela complexificação social que se depreende a partir da organização dos castros da região do Minho. A estrutura dos grandes povoados de altura, poderosamente fortificados exigia um suporte económico que não parece compatível com o cenário de pobreza endémica retratado por Estrabão. Ela subentende antes uma forte dinâmica cultural da região e uma revitalização de redes comerciais, à qual não deverá ser estranho o afluxo de moeda e de produtos romanos. De qualquer modo, este desenvolvimento económico poderá constituir um fenómeno relativamente regionalizado, sendo necessário aprofundar a investigação noutras áreas do Norte de Portugal para que seja possível compreender o seu real significado.

A existência de estátuas antropomórficas, descobertas em povoados de certa importância, representativas de chefes guerreiros heroicizados (Martins e Silva 1984, 29-47), constitui a principal evidência arqueológica da existência, nesta região, de sociedades do tipo chefado. As referências epigráficas a príncipes

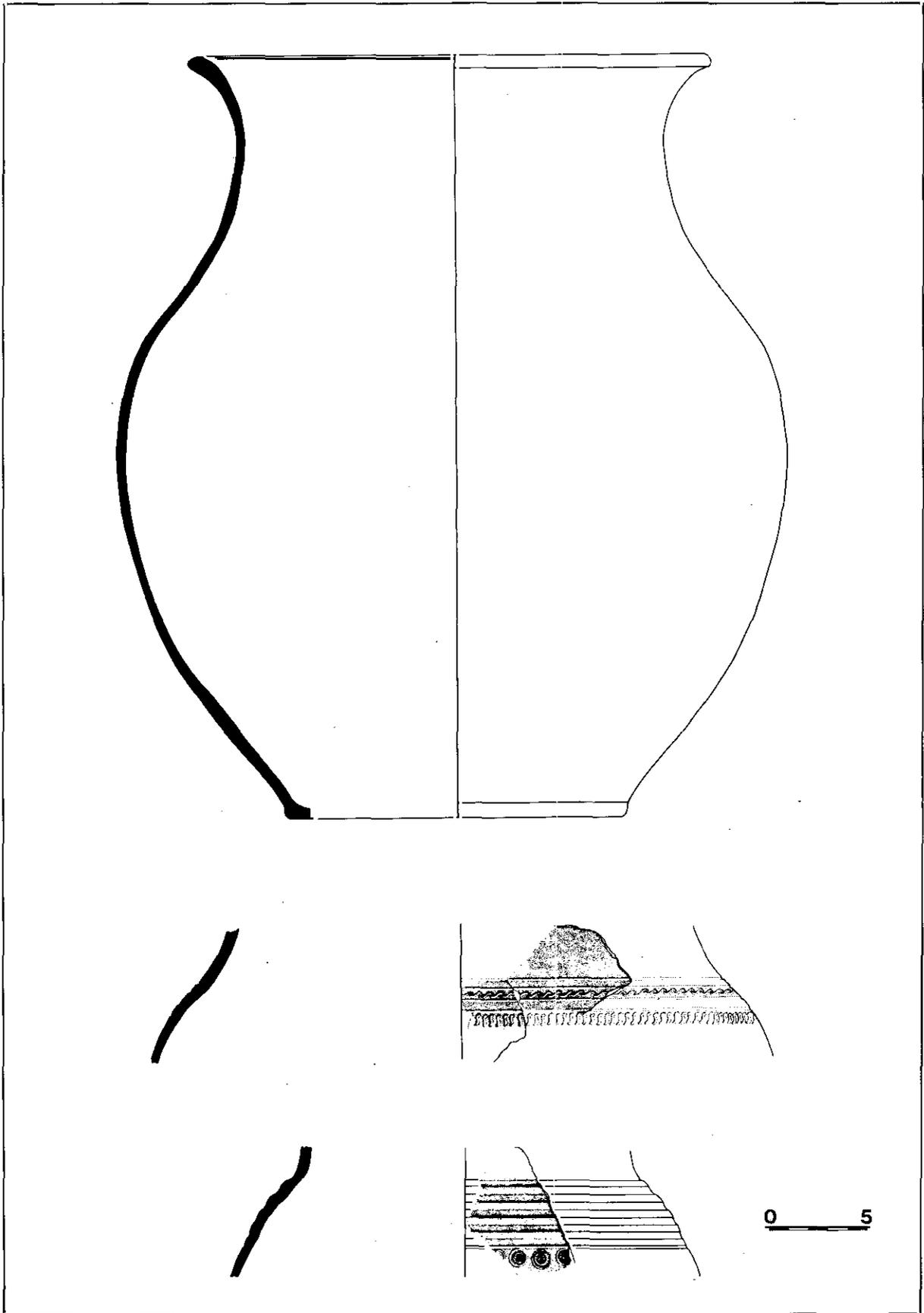


FIG 7. Cerâmica da Fase III. Castro do Barbudo.

na zona da Galiza, corrobora também a interpretação de sociedades com chefes guerreiros, embora nada se saiba quanto ao carácter electivo ou hereditário do seu poder. Apesar de tudo, a organização socio-política das comunidades do NO é ainda estruturalmente desconhecida, mesmo nos momentos finais do I milénio a. C. É sobretudo a epigrafia romana do séc. I que nos fornece indicações sobre a existência de *castella*, designação que deve equivaler ao castro, que se integrariam em quadros étnicos mais amplos, os *populi*, referidos nas fontes literárias.

Muito embora as fontes literárias constituam um documento importante para o conhecimento da vida das populações do Norte da península nos últimos séculos do I milénio a. C., elas são bastante incompletas no que respeita à organização destas comunidades. Temos notícia, através daquelas fontes de alguns aspectos sociais, jurídicos, rituais e alimentares dos povos do NO, que constituem elementos de um todo cultural e social. No entanto, eles não permitem, só por si, reconstituir um sistema concreto. Por outro lado, muitas afirmações dos geógrafos e historiadores clássicos podem mesmo ser infirmadas pelos dados arqueológicos.

A Geografia de Estrabão refere vagamente a existência de uma aristocracia guerreira, mas não fornece pormenores quanto à sua função real. Esta informação corrobora em certa medida os próprios dados arqueológicos e epigráficos disponíveis que apontam para comunidades governadas por elites guerreiras, à semelhança do que acontece com outras sociedades indo-europeias da mesma época. De resto se aceitarmos a forte componente indo-europeia na região, a nível linguístico, não será de estranhar que a sociedade castreja se ajuste a um padrão social semelhante àquele que é reconhecido noutras comunidades indo-europeias, onde se observa um sistema trifuncional a nível da organização socio-política e religiosa. Na área em análise esse sistema adivinha-se apenas a partir da função guerreira, com a qual se relacionaria uma divindade da guerra Coso-, assimilada a Ares. Das outras funções não chegaram até nós evidências, nem literárias, nem epigráficas (Bermejo Barrera 1978), apesar das louváveis tentativas de alguns autores para identificarem, no espectro das divindades indígenas, os testemunhos de uma organização indo-europeia (Silva 1986).

Também o sistema de parentesco que nos é narrado nas fontes escritas, nomeadamente em relação ao sistema de herança descrito em pormenor por Estrabão (III, 4, 17) parece aparentado do indo-europeu. No entanto, como refere Bermejo Barrera (1983, 145-146), essa estrutura não constitui um património exclusivo dos indo-europeus, encontrando-se difundido entre muitos povos com organização social primitiva, de origem muito diferenciada e em amplas áreas geográficas.

Os testemunhos da organização social e política das comunidades da Galecia, chegados até nós pelos textos literários parecem largamente insuficientes até mesmo para documentar a sua indiscutível identidade indo-europeia.

Ao contrário de outras regiões peninsulares em que dominava uma estrutura de tipo gentilício, sabemos

que as populações da Galecia indicavam o seu origo pessoal, a sua pertença a uma comunidade pelo símbolo designativo de *castella*, ou castro (Albertos Firmat 1975), que possuía uma delimitação territorial dentro da área de uma *civitas* (Pereira Menaut 1983, 199-212).

Esta forma de referência desaparece das inscrições, quando a onomástica perde o seu carácter indígena e o formulário passa a ser romano, talvez como consequência da municipalização do NO, aceite por A. Tranoy e P. Le Roux (1973, 177-231; Tranoy 1981), mas contestada por outros autores. De qualquer modo, ao desaparecer a menção aos *castella*, não desaparece a estrutura de organização da sociedade castreja, que continua a ter, na unidade castro, a sua base territorial e social nuclear. A forma de referência modifica-se, mas os castros ou *castella* deverão ter mantido a sua importância e relativa autonomia dentro das *civitas*, ou *populus*, facto que denota a originalidade desta região e as dificuldades da sua integração na estrutura social e administrativa romana.

5. TÓPICOS PARA UMA DISCUSSÃO FINAL

A tentativa de se equacionar criticamente as fontes escritas, por um lado, e as arqueológicas, por outro, com o objectivo de se discernir, por comparação, possíveis fronteiras culturais ou a natureza social dos povos pré-romanos do Norte de Portugal, enfrenta a dificuldade de um problema central em Arqueologia: a dificuldade de correlacionar o plano arqueológico com o da formulação de unidades sociais, étnicas ou linguísticas.

Na verdade, quando, por exemplo, reconhecemos que a partir do séc. VIII a. C., em algumas áreas do Norte de Portugal, certos povoados (fortificados ou não) são abandonados, surgindo outros, noutros locais, cuja implantação parece obedecer a uma diferente lógica de exploração dos territórios envolventes, apenas podemos, numa primeira fase, afirmar estar em presença duma descontinuidade arqueológica. Quer dizer, não podemos extrair deste facto nenhuma ilacção de ordem mais geral. Tal modificação tanto pode conectar-se com uma ruptura estrutural nos mecanismos que regulavam o equilíbrio das comunidades, como dever-se a um reajustamento das estratégias económicas das mesmas, em função, por exemplo, de mudanças climáticas, ou outras. O mesmo princípio se aplica à interpretação de sucessivas ocupações no mesmo sítio, durante vários séculos. A continuidade de ocupação deve ser apreciada, num primeiro momento, a um nível estritamente arqueológico. Sob essa aparente «estabilidade» pode ou não estar simulada a passagem, pelo mesmo local, de diferentes agrupamentos culturais, cuja especificidade não é facilmente recortada pelo registo arqueológico. Para podermos aceder a um nível mais abstracto da interpretação do passado pré e proto-histórico, será necessário captar variações e regularidades nas estratégias de povoamento, na economia, nas relações intercomunitárias, nos sistemas de percepção da reali-

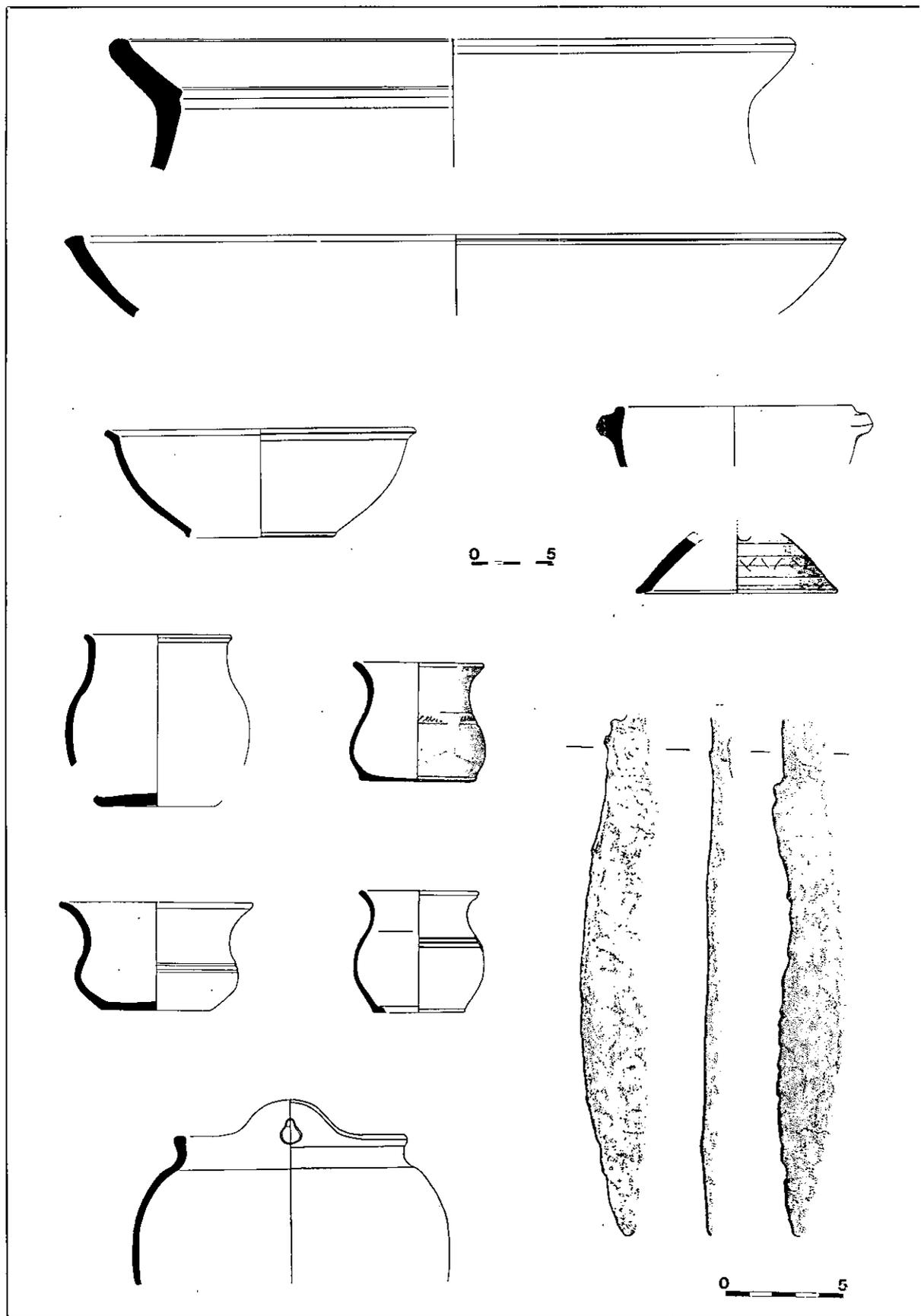


FIG 8. Espólio da Fase III. 1-3, 5, 7-9, Pago; 4, 6, 10 e 11, S. Julião.

dade simbólica, etc. Esse plano mais abstracto, sendo fundamental para a distinção cultural das populações, raramente é atingido no decurso das investigações, mais viradas para aspectos empíricos da descrição dos testemunhos materiais. Daqui decorre que, na maior parte das situações, não é possível extrapolar do plano arqueológico para o plano cultural. Cremos mesmo que uma grande parte das «formações culturais» da Pré e Proto-História peninsular tem sido construída através de correspondências lineares entre territórios de semelhança arqueológica e áreas supostamente homogêneas do ponto de vista cultural.

Decorrente da problemática anterior surge a questão da identificação do fenómeno da indo-europeização ao nível do registo arqueológico. Independentemente da cronologia que se atribua à origem provável de tal fenómeno no NO peninsular, o que estará em causa é a necessidade de delimitação, por um lado, dos parâmetros culturais de tal processo, e, por outro, a da eventual «expressão» arqueológica do mesmo. De facto, os especialistas do assunto, ao ampliarem o conceito para além dos limites estritamente linguísticos (concedendo-lhe uma amplitude cultural a diversos níveis) forneceram a motivação aos arqueólogos para que estes procurassem reconhecer as marcas de tal fenómeno entre os vestígios materiais veiculados pelo registo arqueológico. Todavia, nem a «indo-europeização» se encontra definitivamente caracterizada enquanto processo trans-cultural, nem é claro que o mesmo, tradicionalmente situado a um nível muito abstracto, possa ser facilmente «transposto» para o plano da «cultura material». De resto, existem fenómenos que pela sua natureza e fluidez de integração, só muito dificilmente poderão ser apreendidos com os instrumentos utilizados actualmente pelos historiadores destas épocas.

A dificuldade em articular a realidade arqueológica com a do conceito de «etnicidade» encontra-se bem expressa nos dois últimos séculos do I milénio a. C. no Norte de Portugal. De facto, importaria tentar interpretar o significado da existência de uma verdadeira panóplia de povos, identificados a partir dos relatos dos geógrafos e historiadores, com a realidade arqueológica daquela fase, momento para o qual se dispõe de um registo relativamente rico em termos de cultura material. A região em estudo, revela neste

período uma homogeneidade cultural muito mais significativa, do que aquela que é possível perceber, à luz dos dados disponíveis, para os séculos anteriores. Os povoados estruturam-se segundo padrões mais ou menos semelhantes, a cerâmica revela uma notória homogeneidade, a produção metalúrgica, bastante mais significativa, fornece o mesmo tipo de produtos. Os povoados parecem neste período organizados em estruturas bem hierarquizadas, que podem subentender um controlo de amplos territórios e uma marcada interacção entre as elites. É possível que o esforço representado pela resistência inicial à ocupação romana, a fazer fé nos textos literários, tenha cristalizado os alicerces de um sistema social, certamente em génese desde meados do I milénio a. C. Este sistema, mantendo o castro como núcleo básico, parece estruturar-se numa rede horizontal e hierárquica, que ligaria os vários povoados de áreas mais ou menos amplas. A complexificação social no interior dos povoados, nos quais parecem evidenciar-se sinais de uma verdadeira estratificação, poderia ter sido acompanhada de um processo similar ao nível das elites dos diferentes povoados, que poderiam disputar entre si um controlo cada vez maior sobre áreas económicas mais extensas e mais diversificadas. Este processo, a desenvolver-se sem restrições, poderia ter conduzido a situações de conflito regional, que não tendo que assumir forçosamente um carácter bélico, poderia ter conduzido a um reforço do sentido étnico das comunidades. Se considerarmos que as comunidades não se distinguem do ponto de vista da cultura material, social, religioso e que talvez partilhassem mesmo um substrato étnico comum, não será descabido pensar que a identidade dos diferentes *populi* do NO português, que levou à sua designação diferenciada, seja um processo tardio, talvez dos dois últimos séculos antes da nossa era, resultante do desenvolvimento socio-político da região, articulado com a expansão económica das comunidades castrejas. A maior ou menor extensão dos territórios de determinados povos, poderá documentar a existência de áreas de maior ou menor integração socio-política a nível regional. Neste caso a diferenciação dos *populi* do Norte de Portugal poderia ter resultado basicamente de um processo eminentemente político de afirmação da autoridade e poder de elites, ou grupos regionais, sem real significado étnico, ou linguístico.

BIBLIOGRAFIA

- Acuña Castroviejo, F. 1977. Panorama de la cultura castrexa en el NO de la Península Iberica, *Bracara Augusta*, 31, pp 235-253.
- Aira Rodríguez, M. J.; Saá Otero, E. P. e Taboada Chivite, T. 1989. Estudios paleobotánicos e edafológicos en yacimientos arqueológicos de Galicia, *Arqueoloxía/Investigación*, Xunta de Galicia.
- Alarcão, J. 1988. *Roman Portugal, I, Introduction*, Aris & Phillips Ltd, Warminster-England.
- Albertos Firmat, M. L. 1975. Organizaciones Suprafamiliares en la Hispania Antigua, *Studia Archaeologica*, 37, Valladolid, Universidad de Valladolid.
- Almagro Basch, M. 1952. La invasión céltica en España, *HEMP*, 1, 2, pp. 1-278.
- Almagro-Gorbea, M. 1986. Bronce Final y Edad del Hierro. La formación de las etnias y culturas prerromanas. *Historia de España, I, Prehistoria*. Madrid, Ed. Gredos, pp. 350-532.

- Almagro-Gorbea, M. (no prelo). Elementos del Oriente Mediterraneo en el Bronce Final del Occidente de la Península Ibérica... (*Conferencia realizada em Abril de 1988, na SPAE, Porto.*)
- Almeida, C. A. B. 1987. *Proto-História e Romanização da bacia inferior do Lima, Porto.*
- Almeida, C. A. F. 1983. Cultura castreja. Evolução e problemática. *Arqueologia*, 8. Porto, pp. 70-74.
- 1986. Arte Castreja. *Arqueologia*, 13, Porto, pp. 161-172.
- Almeida, C. A. F.; Soeiro, T.; Almeida, C. A. B.; Baptista, A. J. 1981. Escavações arqueológicas em Santo Estevão da Facha, *Arquivo de Ponte de Lima, Ponte de Lima.*
- Bermejo Barrera, J. C. 1978. *La sociedad en la Galicia castreña*, Santiago, Follas Novas, Eds.
- 1975. *Prehistoria de Europa. Las raíces prehistóricas de las culturas de Europa*, Madrid.
- Blanco Freijeiro, A. 1957. Origen y relaciones de la orfebrería castreña, *CEG*, 12 (36), pp. 5-28; 12 (37), pp. 137-157; 12 (38), pp. 267-302.
- 1960. La cultura castreña, *I Symposium de Prehistoria Peninsular*, Pamplona, pp. 179-195.
- Cardoso, M. 1942. Una pieza notable de la orfebrería primitiva, *AEA*, 15 (47), pp. 93-103.
- 1962. Alguns problemas da cultura dos castros no Norte de Portugal, *XXVI CLEPC*, 2(5), pp. 391-423.
- 1965. A metalurgia na Proto-História da Península Ibérica, *Dedalo*, 1 (2), pp. 29-49
- Caro Baroja, J. 1973. *Los pueblos del Norte de la Península Ibérica*, San Sebastián, 2 ed.
- Coffyn, A. 1985. *Le Bronze final Atlantique dans la Peninsule Iberique*, Diffusion du Bocard, Paris.
- García y Bellido, A. 1945. *España y los españoles hacia dos mil años, según la geografía de Strabon*, Madrid, Ed. Espasa Calpe.
- 1952. Pequenas invasões e transmigrações internas, *separata das Actas do II Congresso Arqueológico Nacional*, Madrid 1951, Cartagena 1952.
- Gomes, M. V. e Monteiro, J. P. 1976-77. As estelas decoradas da Herdade do Pomar (Ervidel-Beja)- estudo comparado, *Setúbal Arqueológica*, 2-3, pp. 281-343.
- Hidalgo Cuñarro, J. M. 1984. El castro de Vigo y el comercio atlántico romano en el Noroeste Peninsular, *Revista de Guimarães*, 94, pp. 371-384.
- Hock, M. 1986. *Studien zur sogenannten Castro-Kultur in Nord Portugal*, Marburg.
- Jorge, S. O. 1988a. O Povoado da Bouça do Frade (Baião) no quadro do Bronce Final do Norte de Portugal, Porto, *G.E.A.P.*
- 1988b. Reflexões sobre a pré-história recente do Norte de Portugal, *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*, 28 (1-2), pp. 85-112.
- 1990. Complexificação das sociedades e sua inserção numa vasta rede de intercâmbios, *Nova História de Portugal*, 1, Lisboa, ed. Presença.
- Kalb, Ph. 1978. Senhora da Guia, Baiões. Die Ausgrabung auf einer Hohensiedlung der Atlantischen Bronzezeit in Portugal, *MM*, 19, pp. 112-138.
- López Cuevillas, F. 1951. *Las joyas castreñas*, Madrid, CSIC.
- 1953. *La civilización Céltica en Galicia*, Santiago de Compostela.
- 1954. *La Edad del Hierro en el Noroeste (La Cultura de los Castros)*, Madrid.
- 1973. *Prehistoria de Galicia*, Buenos Aires.
- López Cuevillas, F. e Serpa Pinto, R. 1933-34. Estudos sobre a Edade do Ferro no Noroeste da Península. As tribus e a sua constituzon política, *Arquivos do Seminario de Estudos Galegos*, 6, pp. 263.
- Maluquer de Motes, J. 1954. Los pueblos de la España Céltica. *HEMP*, 1, 3, pp. 5-299.
- 1975. La Cultura Castreña de la Edad del Hierro, *JMACH*, 1, pp. 269-284.
- Martins, M. 1987. *O povoamento proto-histórico e a romanização da bacia do curso médio do rio Cávado* (tese de doutoramento policopiada).
- 1988a. O povoado fortificado do Lago, Amares, *Cadernos de Arqueologia-Monografias* 1, Braga.
- 1988b. A Citânia de S. Julião, Vila Verde. Memória dos trabalhos realizados entre 1981 e 1985, *Cadernos de Arqueologia-Monografias* 2, Braga.
- 1989. O castro do Barbudo, Vila Verde. Resultados das campanhas realizadas entre 1983 e 1985, *Cadernos de Arqueologia-Monografias* 3, Braga.
- Martins, M. e Silva, A. C. F. 1984. A estátua de guerreiro galaico de S. Julião (Vila Verde), *Cadernos de Arqueologia*, Série II, 1, Braga, pp. 29-47
- Menéndez Pidal, R. 1952. *Toponimia preromana hispana*, Madrid, pp. 71-104.
- Olivier, M. D. 1988. *Palinología y Paleoambiente. Nuevos datos españoles. Referencias*, Diputación Provincial de Valencia.
- Pereira Menault, G. 1983. Las comunidades galaico-romanas. Habitat y sociedad en transformación, *Estudios de Cultura Castrexa e de História Antiga de Galicia*, Santiago de Compostela, pp. 199-212.
- Ponte, S. 1980. A génese das fíbulas do NO peninsular, *SANP*, 2, Guimarães, pp. 111-119
- 1984. Fíbulas de sítios a Norte do rio Douro, *Lucerna*, Porto, pp. 111-144.
- Queiroga, F. e Figueiral, I. 1988. Castelo de Matos 1982-1986, *Arqueologia*, 17, pp. 137-150.
- Romero Carnicero, F. 1984. La Edad del Hierro en la Serranía Soriana. Los castros, *Studia Archaeologica*, Valladolid, 75.
- Romero Masía, A. 1976. El habitat castreño, Santiago de Compostela, *Publicaciones do Colexio de Arquitectos de Galicia*.
- Ruiz-Gálvez Priego, M. 1980. Consideraciones sobre el origen de los Puñales de Antenas gallego-asturianos, *SANP*, 2, pp. 85-111.

- 1984. *La Península Ibérica e sus relaciones con el círculo cultural atlántico*, Tesis Doctoral (policopiada), Madrid.
- Ruiz Zapatero, G. 1985. *Los campos de urnas del N.E. de la Península Ibérica*. Tesis Doctoral. Madrid, Universidad Complutense.
- Santa Olalla, M. 1946. *Esquema paleontológico de la Península Ibérica*, Madrid.
- Schulten, A. 1955. *Avieno. Ora Maritima*. 2 ed.
- 1963. *Geografía y Etnografía antiguas de la Península Ibérica*, II, Madrid.
- Silva, A. C. F. 1983. *As tessarae hospitilis do Castro da Senhora da Saúde, ou Monte Murado (Pedroso, Vila Nova de Gaia)*, *Gaia*, 1, pp. 9-26.
- 1986. *A Cultura Castreja no Noroeste Português, Paços de Ferreira*.
- Soeiro, T. 1984. *Monte Mozinho. Apontamentos sobre a ocupação entre Sousa e Tâmega em época romana*, Penafiel.
- Tovar, A. 1949. *Estudios sobre las primitivas lenguas hispánicas*, Buenos Aires.
- 1968. *Lingüística y Arqueología sobre los pueblos de Hispania, Las Raíces de España*, II, Madrid.
- 1977. El nombre de Celtas en Hispania, *RUC*, 26 (109), pp. 163-178 (*Homenaje a García y Bellido*).
- 1983. Etnia y lengua en la Galicia Antigua: el problema del Celtismo, *Estudos de Cultura Castrexa e de História Antiga de Galicia*, Santiago de Compostela, pp. 247-282.
- 1985. Lenguas y pueblos de la Antigua Hispania. Lo que sabemos de nuestros antepasados protohistóricos, *IV Coloquio Internacional de Lenguas y Culturas paleohispánicas*, Vitoria.
- Tranoy, A. 1981. *La Galice Romaine*, Diffusion du Boccard, Paris.
- Tranoy, A. e Le Roux, P. (1973). Rome et les indigènes dans le NO de la Peninsule Iberique. Problemes d'epigraphie et d'histoire, *MCV*, 9, pp. 177-231.
- Untermann, J. 1963. Estudios sobre las áreas lingüísticas prerromanas de la Península Ibérica, *Archivo de Prehistoria Levantina*, 10, pp. 195-262.
- 1965. *Elementos de un atlas antroponímico de la Hispania Antigua*, Madrid.